

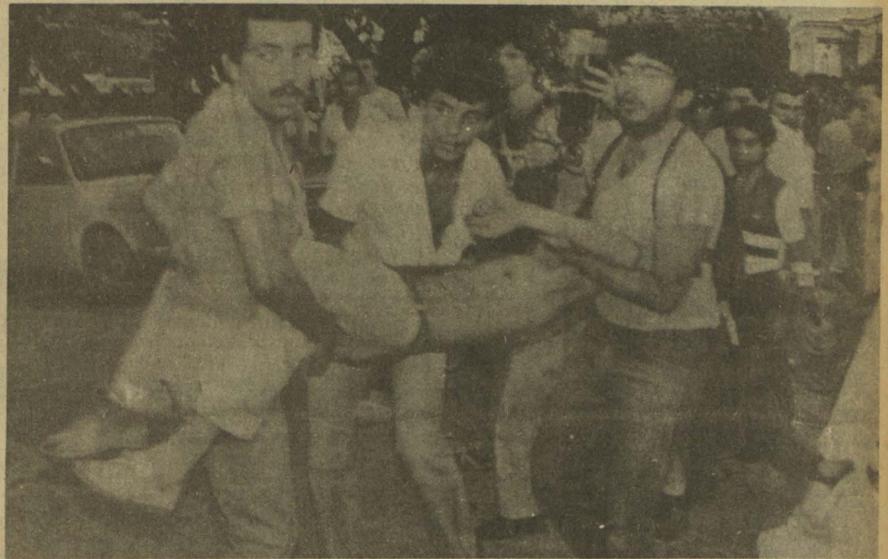
Alceu: "Nós resistimos de todas as formas à ditadura"

Alceu Valença quer artistas atuantes na Constituinte

O cantor e compositor nordestino está com *show* novo, "Estação da Luz", e pretende que os cantores participem na campanha pela Assembléia Nacional Constituinte para impedir que os donos do capital impeçam a presença popular na elaboração da nova Carta. Leia na página 9

Brigada do PT ataca estudantes em Fortaleza

Os estudantes de Fortaleza protestavam contra o fim da meia-passagem de ônibus na capital, quando uma tropa de choque do PT, partido da prefeita Maria Luíza, atacou os manifestantes. Quatro foram hospitalizados. O vice-presidente da União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas continua internado; um universitário deslocou a retina. P.3



Uma vítima dos petistas é socorrida após o ataque da tropa de choque de Maria Luíza

EDITORIAL

Funaro no FMI

O ministro Dílson Funaro fez importantes denúncias na reunião do FMI que se realiza nos Estados Unidos. Suas declarações servem para confirmar posições há muito defendidas pelos verdadeiros patriotas em nosso país. "Com as taxas de juros exorbitantes que vêm sendo praticadas desde 1980", disse ele, "meu país está pagando o equivalente à totalidade do principal da dívida a cada sete anos". E acrescentou: "Não foram os países devedores que provocaram a crise. Esses países simplesmente foram colhidos pelo movimento de pinças dos altos juros e do súbito desaparecimento do mercado onde refinanciavam suas dívidas".

Mas o ministro tira conclusões contraditórias com os argumentos por ele mesmo enunciados. "São portanto os credores", afirmou Funaro, "que devem agora ao mundo uma atitude responsável que devolva ao sistema financeiro sua função normal". E acrescentou: "Tal como deflagram a crise através do aumento explosivo das taxas de juros está agora em suas mãos fazê-lo retroceder".

Seria ingenuidade pensar que os agiotes internacionais, que vivem exatamente da espoliação dos povos em todo o mundo, de uma hora para outra, se comovessem com as dificuldades dos pobres e, generosamente, abdicassem dos lucros fabulosos que estão auferindo. Para pôr fim a esta situação calamitosa não existe outro caminho senão a luta para estancar a sangria de dólares para o exterior. Ou seja, os que foram esbulhados pelos "aumentos explosivos das taxas de juros" é que precisam tomar medidas energéticas. As simples denúncias, se não forem acompanhadas de atitudes corajosas e ações práticas, caem no vazio.

Enquanto a reunião do FMI se realiza, autoridades da área econômica do governo anunciam, para breve, alterações na legislação sobre as bolsas de valo-

res de caráter impatriótico e entreguista. Técnicos e dirigentes do Banco Central dizem que será inteiramente liberada a venda de ações das empresas estatais nos negócios das bolsas e, mais grave ainda, que será autorizada a operação de capitais estrangeiros neste mercado de ações. Em outras palavras, planeja-se mais uma capitulação aos ditames dos credores condenados pelo próprio Funaro.

O povo brasileiro, mesmo sem conhecer os detalhes, já percebeu que a tal dívida que nos foi imposta por mecanismos fraudulentos, por conivência de governantes autoritários e traidores da pátria, já foi paga, e muito bem paga. As declarações do ministro Dílson Funaro só servem para corroborar este raciocínio. Por isto mesmo, todos os encontros e congressos populares são unânimes em exigir a imediata suspensão do pagamento da dívida e dos respectivos juros. E por todo lado ecoam os protestos contra a entrega das empresas estatais aos testas de ferro das multinacionais. O povo não aceita a trapaça da privatização.

O governo brasileiro tem que ser coerente com suas análises. Foi também o ministro da Fazenda, no discurso já citado, que reconheceu a falência dos sucessivos "mecanismos para administrar a crise". Ele afirmou com clareza que "esses mecanismos estão esgotados e que hoje, em vez de administrar a crise, o que precisamos é adotar medidas conjuntas para sair dela". Novamente o representante do Brasil imagina receber a colaboração dos poderosos que dominam as finanças em plano mundial para sair da crise. Parece que ele ainda sonha com a utopia de "amarrar cachorro com lingüiça", como diz a nossa gente.

A dívida externa é hoje o problema-chave que alimenta a crise econômica. O povo exige coragem e ações concretas para enfrentá-la.

Prefeitura de Aracaju encampa empresa de ônibus

Empresário ameaçava locaute dos ônibus urbanos de Aracaju se não houvesse aumento das tarifas. O prefeito deu o troco e encampou a empresa sob aplausos da população. Em São Paulo as empresas particulares de transporte urbano fazem as mesmas ameaças, mas ao contrário da capital de Sergipe, o prefeito Jânio Quadros dá apoio aos empresários. Veja na página 6

Em 1906 surgia a primeira Central Operária no Brasil

Sindicalistas de vários Estados estiveram presentes na I Conferência Operária do Brasil, em 1906, e contribuíram para o avanço das lutas da classe operária em nosso país. As condições de vida e trabalho dos brasileiros no início do século e as decisões da Conferência na página 9.

Bancários param agências para evitar onda de desemprego

Em todo o país os banqueiros continuam a demitir para manter seus altos lucros, mas encontram a resistência da categoria. Em São Paulo, ocorrem greves isoladas. Pág. 7



Boina Verde orienta soldado hondurenho contra os saqueiros

Brasileiros darão todo o apoio à Nicarágua

PCdoB denuncia ataques de Reagan à América Central. P.2

Governo quer usar a Bolsa para entregar as estatais

Ao mesmo tempo que intensifica a venda de ações das estatais, governo quer abrir a Bolsa às múltis. Pág. 3

Comando Popular de Congelamento

é fundado na capital do Acre

Mais de 700 acreanos participaram da fundação do CPC no dia 5 para impedir que o congelamento seja burocrático. Pág. 3

CDM
Fundação Maurício Grubis



Os soldados ianques voltam à Granada, agora para "ensaiar" nova invasão

EUA mandam 20 mil soldados "ensaiar" a guerra no Caribe

"Para projetar o poder militar dos EUA e defender seus interesses nacionais apoiando os países aliados do Caribe" serão realizadas, a partir do dia 28, as manobras militares Ocean Venture 86, com a participação de 20 mil soldados. Como parte dos ensaios de guerra no Caribe, as tropas norte-

americanas "invadirão" novamente a ilha de Granada (já sob o domínio ianque desde 25 de outubro de 1983, quando foi realmente invadida pelos EUA).

Ao tempo em que intensificam suas manobras militares na área, os EUA continuam também com suas provocações

contra a Nicarágua. Após trabalhar pelo fracasso de mais uma reunião do Grupo Contadora, o presidente de Honduras, José Azcona Hoyo, servicial de Reagan, anunciou que vai pedir mais ajuda militar aos norte-americanos para multiplicar suas intrigas contra os sandinistas.

Manobra para salvar as oligarquias nas eleições do Equador

O governo reacionário de Febres Cordero, no Equador, realizará um plebiscito no dia 1.º de junho. A idéia de Cordero é acabar com a obrigatoriedade dos candidatos a cargos eletivos estarem filiados a partidos políticos. O Partido Comunista Marxista-Leninista do Equador opõe-se à tese de Cordero, e defende o "Não" no plebiscito.

A pergunta formulada no plebiscito é a seguinte: "Compatriota, você quer que os cidadãos independentes tenham pleno direito de serem eleitos sem necessidade de filiação a partido político algum, confirmando assim a igualdade de todos os equatorianos perante a lei? Sim ou não?"

Capciosa, a pergunta em si já é uma propaganda do "sim". Febres Cordero pretende escamotear, através das candidaturas "independentes", os representantes dos interesses dos oligarcas. Segundo o jornal "En Marcha", do PCMLE, "o propósito central, o objetivo verdadeiro, a essência do plebiscito falsamente democrático não é outro que o continuísmo. As oligarquias querem continuar mantendo em suas mãos o poder do Estado, querem continuar impulsionando o neoliberalismo, Febres

Cordero quer que as oligarquias continuem realizando sua 'obra' entreguista, repressiva, antidemocrática, ampliando seus lucros, acumulando todo o poder, esmagando o povo e sua luta, servindo fielmente ao FMI, apoiando a Reagan e seus sucessores".

"INDEPENDENTES" DE QUEM?

O órgão dos comunistas do Equador questiona por que os "independentes" não ingressam "nos partidos reacionários, partidos que eles criaram, organizaram, financiaram e que os servem tanto, como o Partido Socialista (que é o de León Febres Cordero), o Liberal, o Conservador, o ex-CID, etc? Pela sensível razão de que estes partidos estão totalmente desprestigiados, são repudiados pelo povo, já não lhes serve para enganá-lo".

"En marcha" ainda informa que o povo equatoriano, "os operários e camponeses, os estudantes e professores, etc, não se sentem 'independentes', nem estão afastados das alternativas populares organizadas. Não. Seu verdadeiro caráter de INDEPENDENTES da influência da burguesia e demonstram porque estão CONSCIENTES e se ORGANIZAM para lutar por um novo Equador. (...) Evidentemente, há equatorianos que não estão organizados em partidos políticos, porém não o estão por duas razões: a) por que rechaçam, repudiam e combatem aos partidos políticos reacionários, e b) porque a vinculação organizativa a um partido de esquerda, revolucionário, é um ato consciente, e muitos equatorianos ainda não assumem plenamente esta consciência. Porém o fazem diariamente e diariamente se organizam para lutar. Os que ainda não estão organizados, militando no partido, devem assumir esta como uma necessidade fundamental e unir sua vontade à da maioria".

Greve nacional contra arrocho na Bolívia

Os trabalhadores bolivianos, convocados pela COB, realizaram uma greve nacional, no último dia 8, em protesto pelas medidas de congelamento salarial, decretadas em setembro, e o decreto governamental que considera demissionários todos os 75 mil professores que estão em greve há mais de dois meses exigindo melhores salários. O governo boliviano havia declarado a greve dos professores ilegal e dera um prazo de seis dias para que todos voltassem às aulas. Noel Oroscó, dirigente da Confederação Nacional de Professores Urbanos, sugeriu que, com o "salário de fome atual", o governo "substitua os professores por faquires".

Em 85 morreram 1543 civis em El Salvador

A Comissão de Direitos Humanos de El Salvador afirmou no dia 4, em Bonn, que 1543 civis morreram e 185 desapareceram em seu país, vítimas da violência política, em 1985. Segundo representantes desse grupo o presidente Napoleón Duarte, apesar de todas as promessas em contrário, continua permitindo a atividade dos esquadrões da morte e os bombardeios das Forças Armadas sobre civis.

A repressão é praticada agora seletivamente, nas cidades, contra líderes sindicais, estudantes e professores e indiscriminadamente, no campo, atingindo inclusive crianças e velhos. Somente em janeiro deste ano, 342 pessoas foram assassinadas, 468 presas e 15 desapareceram.

Protestos contra crimes de Pinochet

Várias manifestações contra o regime militar ocorreram em diversas partes do Chile na semana passada, para recordar o 1º aniversário do seqüestro e degolamento de três dirigentes oposicionistas: o sociólogo José Manuel Parada, o publicitário Santiago Nattino e o professor Manuel Guerrero. Em Santiago, a polícia utilizou bombas lacrimogêneas e jatos de água para acabar com uma manifestação liderada pelas viúvas dos dirigentes assassinados. Na periferia da capital, foram levantadas barricadas com pneus queimados, enquanto a população se manifestava contra o governo do general Pinochet. Em Calama, 98 pessoas foram presas durante "o dia de luto nacional".

Apesar das provas recolhidas pelo juiz civil José Canovas contra 14 membros da polícia política (inclusive dois coronéis), acusados do degolamento dos três profissionais, os assassinos foram soltos alguns meses depois.

Polícia do apartheid mata durante funeral

Quatro negros foram mortos e 19 ficaram feridos quando a polícia disparou contra cerca de 15 mil pessoas reunidas no gueto de Uosloorus para os funerais de um membro do proscrito Congresso Nacional Africano, assassinado dias antes, pela polícia. O governo racista havia determinado que apenas 40 pessoas poderiam participar do enterro, proibindo também que se fizessem manifestações políticas.

Solidariedade com a Nicarágua

No último dia 3 o líder do Partido do Brasil (PCdoB) na Câmara, deputado Haroldo Lima, denunciou o intervencionismo norte-americano na América Central e as agressões contra a Nicarágua Sandinista. O parlamentar comunista advertiu, que se o governo dos EUA "ousar pôr as patas na república livre da Nicarágua", os brasileiros democratas e patriotas "não assistirão passivamente a esta sanha golpista e criminosa". A íntegra do discurso do líder do PCdoB:

Sr. Presidente da Câmara, srs. deputados, é longa e antiga a tradição intervencionista dos americanos na América Central. A fase mais recente desta história começa com a revolução cubana, em março de 1960. Pouco depois, houve a invasão americana à República Dominicana, quando os mariners tomaram de assalto aquele país da América Central, que procurava libertar-se.

No passado, a posição do governo brasileiro, em face dessas agressões, sempre foi lamentável, caudatária, seguidista e reacionária. Em maio de 1964, sofrendo as pressões do governo americano, rompeu, de imediato, as relações com Cuba. Quanto à invasão da República Dominicana, a posição do governo brasileiro foi mais vergonhosa ainda: apoiou-a inteiramente, inclusive enviando para aquele país o coronel Meira Matos, para assumir hipocritamente o comando das forças invasoras. Apoiou ainda a alternativa de se criar uma Força Interamericana de Paz, uma força agressora sob o comando americano, para invadir todo o país latino-americano que ousasse pleitear sua libertação.

Com a revolução de libertação da Nicarágua, um novo período de ameaça americana começa na América Central. Armam-se forças rebeldes, chantageiam, ameaçam abertamente a Nicarágua.

A posição do Brasil, mesmo antes da Nova República, já sofria certas alterações. Ela era, podemos dizer, dúbia. O Conselho de Segurança Nacional ditava posição de subserviência aos Estados Unidos, e o Itamaraty procurava seguir uma outra alternativa. O exemplo mais flagrante dessa dubiedade está na venda de 12 aviões Tucanos a Honduras, país fronteiro com a Nicarágua, quando o Itamaraty não foi sequer consultado

sobre o negócio. Tudo foi feito diretamente pela Aeronáutica sendo que o chanceler Saraiva Guerreiro, na oportunidade, declarou que aquela venda não correspondia aos pontos de vista do governo brasileiro.

Mas hoje, sr. presidente, srs. deputados, as ameaças estão se avolumando. O governo Reagan prepara abertamente a invasão da República da Nicarágua. Chega a tentar envolver o Brasil nessa trama criminosa.

Mais recentemente, nessas últimas semanas, chegou a dizer que a Nicarágua preparava guerrilheiros brasileiros. Ao lado disso, procura encaminhar uma verba extra de 100 milhões de dólares para subvencionar os titeres invasores da Nicarágua.

Sr. presidente, srs. deputados, o Partido Comunista do Brasil foi a agremiação que, quando existia na nossa terra um regime autoritário, fascista, dirigiu uma guerrilha em nosso país, a guerrilha do Araguaia. Neste instante, o nosso partido conjuntamente com as demais forças democráticas e patrióticas desta nação, assevera que não existe qualquer treinamento de guerrilha em nosso país. Contudo, afirma também que, se o governo americano - fica advertido o presidente Ronald Reagan - ousar pôr as suas patas na república livre da Nicarágua, não há dúvida de que os democratas, os patriotas e o Partido Comunista do Brasil não assistirão passivamente a esta sanha golpista e criminosa. Terão, sim, que realizar as medidas que acharem convenientes para o momento, postó que os patriotas, os democratas e os comunistas brasileiros não poderão ver passiva e pacificamente seus irmãos da Nicarágua serem golpeados, mais uma vez, pela principal nação imperialista do mundo, que são os Estados Unidos da América do Norte.



Os marxistas-leninistas do Equador defendem o "Não" no plebiscito de Febres Cordero

Dívida e desemprego no "socialismo" iugoslavo

A dívida externa iugoslava atingiu 20,7 bilhões de dólares no final de 1985, e a inflação atingiu 75,7% (contra 39,15% em 1983). As informações são do vice-secretário de Finanças da Iugoslávia, Ognianovic, que ainda acrescentou que 1 milhão e 40 mil iugoslavos estão desempregados. A imprensa revisionista local ainda informa que estão sendo entabuladas nego-

ciações entre o FMI e a Iugoslávia, que busca prorrogar por alguns anos o pagamento de parcelas vencidas da dívida frente aos credores ocidentais. No mês passado, o Banco Americano de Exportação e Importação assinou acordo com bancos comerciais iugoslavos adiando por 10 anos o pagamento dos débitos do país que venceriam em 15 de maio.

A caótica situação da economia iugoslava mostra a falência do modelo de "socialismo autogestionário" adotado neste país, tão calorosamente saudado pelo grande capital internacional como "criativo, original". Um socialismo com dívida externa, inflação e desemprego. Realmente, muito original...

Imperialismo quer formar novo grupo de terrorismo

Os Estados Unidos pretendem criar uma força terrorista secreta para infiltrar-se nos movimentos de libertação espalhados pelo mundo. A revelação é do ex-assessor de Segurança Nacional do governo Ronald Reagan (saiu do governo em dezembro), Robert C. McFarlane. Numa pales-

tra em Los Angeles ele afirmou que "a violência deverá ser parte de uma estratégia eficiente".

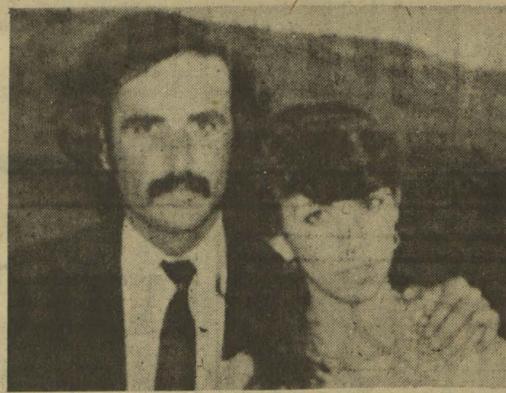
Naturalmente o portavoz dos imperialistas norte-americanos fantasia sua proposta com um palavreado em torno da luta contra o terrorismo internacional, que visaria "destruir a ordem mun-

dial tal qual a conhecemos", etc.

McFarlane pretende que seus agentes infiltrem-se nas organizações que lutam contra o imperialismo para "atingir no seu próprio âmago". Ele ainda garantiu que os terroristas "são um tipo brutal de gente". Deve entender bastante do assunto...

Brasileira presa pelos sionistas na Cisjordânia

A brasileira Lamia Maruf Hasan foi presa pelos sionistas de Israel no último dia 13. Lamia, de 21 anos, é casada com o comerciante palestino Taufic Ibrahim Mohamed, e vivia na Cisjordânia - território palestino controlado por Israel. Os sionistas desencadearam, no início de março, uma nova onda de repressão contra os palestinos da área e prenderam a Lamia e seu marido Taufic, acusando-os de estarem ligados à Organização para a Libertação da Palestina (OLP). O passaporte da brasileira foi surrupiado pelos sionistas, o que levou o governo bra-



Lamia e seu marido Taufic foram presos pelos sionistas para pedir sua devolução, já que é patrimônio nacional. Mais do que o passaporte, democratas brasileiros exigem a liberdade da própria Lamia!

EUA avaliam direitos humanos

E não é que o governo de Ronald Reagan, racista, financiador dos terroristas sionistas da Nicarágua, invasor de Granada, se arvorou em dar palpite sobre os direitos humanos no Brasil? O Departamento de Estado ianque -, o mesmo que

dirige as provocações militares contra a Líbia no Oriente Médio - fez um relatório afirmando que a situação dos direitos humanos no Brasil "memorou dramaticamente no decorrer dos últimos anos". Os imperialistas norte-americanos não

através do FBI, CIA e outras organizações policiais e militares, violam todas as leis e direitos dos cidadãos, que xaram-se da "sensação de impunidade" dos agentes de repressão no Brasil. É de

Leia e Assine Princípios

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois



Capital estrangeiro na Bolsa de Valores

Prossegue com força a virulenta campanha desenvolvida pelas forças reacionárias e entreguistas contra as empresas estatais. Por trás dos lemas de privatizar, reduzir a interferência do Estado na economia, abrir espaço para a iniciativa privada e outros do gênero, existe toda uma orquestração para aprofundar ainda mais a desnacionalização.

O aspecto mais grave é que tudo isto ganha ares oficiais. De fato, se depender do governo as empresas estatais serão mesmo entregues aos poderosos monopólios internacionais. Várias autoridades argumentam que o sucesso do Plano de Estabilização da Economia (que instituiu o congelamento de preços e salários) depende da recuperação dos investimentos estrangeiros e que a venda das estatais é uma boa fonte de recursos.

BOLSA DE VALORES

Recentemente, na posse do novo titular da Secretaria Especial de Controle das Estatais (Sest), o que mais se ouvia eram palavras de incentivo à privatização e colocação de ações das empresas públicas para serem negociadas nas bolsas de valores. Apesar de alguns economistas terem salientado a importância das estatais para o desenvolvimento da indústria do país, nenhuma palavra foi dita sobre a soberania nacional e o papel positivo que essas empresas jogam neste aspecto.

O novo titular da Sest, Antoninho Marmo Trevisan, deu o seu recado afirmando que "dois caminhos devem ser trilhados: o primeiro, por meio de privatizações ou devoluções puras e simples de empresas que nada têm que ver com as funções do Estado; o segundo, mediante a abertura de capital (venda de ações) de empresas públicas". Com ingenuidade ou ironia, Marmo Trevisan acrescentou que tudo isso é para "permitir a participação do trabalhador na compra de ações". Na realidade é fato notório que esses procedimentos vão permitir que os empresários em geral e particularmente os capitalistas estrangei-

ros tenham um controle mais direto sobre as empresas criadas com o dinheiro do povo.

MEDIDAS ENTREGUISTAS

Atualmente já se observa uma forte influência dos grandes acionistas de estatais que têm seus papéis negociados em bolsa (mesmo quando o Estado permanece como sócio majoritário): eles indicam diretores, sempre participam das grandes decisões, ocupam salas nos centros administrativos das empresas e nunca estão alheios a contratações de maior importância.

Muitos dos grandes acionistas das estatais nada mais são do que testas-de-ferro de grupos estrangeiros. É suficiente citar a participação do grupo francês Societé Generale no processo de venda das ações da Petrobrás através do especulador Nagi Nahas.

O projeto de abertura do capital das estatais está também associado com as constantes pressões no sentido de alterar a legislação para permitir a participação direta do capital estrangeiro na bolsa de valores. Está em andamento, ao mesmo tempo, a criação de uma "holding" financeira para emitir ações das empresas públicas, colocar bônus no mercado internacional e agilizar a privatização das estatais.

Desta forma, frente às pressões externas e à posição governamental, cabe aos brasileiros erguer com força a bandeira da soberania nacional, repudiando as medidas privatizantes, que implicam numa desnacionalização ainda maior da nossa economia. (Agenor Silva)

Donos de moinhos gaúchos sabotam o tabelamento

Com o decreto do governo que estabeleceu o congelamento dos preços, várias falcaturas das classes dominantes começam a vir à tona. Todas visam aumentar extraordinariamente os lucros dos empresários em prejuízo da população. É o caso da "fraude da farinha", que estourou no Rio Grande do Sul, envolvendo 80 dos 81 moinhos do Estado. Os proprietários estavam cobrando, além do preço normal, uma taxa por fora para fornecer o produto aos panificadores. Esta taxa estava livre de qualquer tributação, como o Imposto de Renda, PIS ou Finsocial.

Os panificadores, aproveitando-se do clima político reinante, também denunciaram a qualidade da farinha que os moageiros fornecem. O produto é vendido no mercado com duas qualidades, a comum e a especial, mas os moageiros, para faturar ainda mais, produziam um tipo intermediário e vendiam pelo preço da especial. Com isso, o consumidor comprava um pão de menor qualidade a um preço maior.

Estas irregularidades começaram a ser desvendadas no dia 14 de março, quando a polícia prendeu, como documentação, notas fiscais e cheques de inúmeros vendedores de moinhos. Juntamente com estes, foi levado à polícia o proprietário do Moinho Guarani, Walter Otto Bing, que é presidente do Sindicato das Indústrias do Trigo. Este foi indiciado por sonegação de tributos e crime contra a economia popular.

Apesar das inúmeras provas, os empresários negam a cobrança por fora. Um dos proprietários do Moinho Guidane, Osvaldo Guidane, ex-prefeito de Canoas e aluno da Escola Superior de Guerra, chegou a dizer

que tudo não passa de "sem vergonhice" de seu vendedor. As farinhas Veneranda, Indígena, Fada, CBS, Germani, Roseflor, Imigrante e Saborosa, já foram retiradas do mercado, pois elas não eram especiais como apontavam os rótulos.

Com a "fraude da farinha" também veio à tona o envolvimento das autoridades do governo. O presidente do Sindicato dos Panificadores do Rio Grande do Sul, Egberto Barreto Júnior, em seu depoimento na polícia, esclareceu que o fato era de conhecimento das autoridades federais e estaduais. Entre os que conheciam a falcatura estão os ex-titulares da Secretaria Especial de Abastecimento e Preços, Júlio César Martins e Carlos Viacava, o ex-superintendente da Sunab, general Glauco de Carvalho, o ex-secretário da Fazenda do Estado, Clóvis Jabobi, e o próprio atual secretário do setor, Hipólito Campos.

O atual secretário da Fazenda, Hipólito Campos, perguntado sobre o caso, disse que era de seu conhecimento mas que não tomou nenhuma atitude por que a cobrança por fora era de uma prática normal. Chegou a comparar a trambiqueagem com a cobrança do ágio na venda de automóveis.

No próximo dia 15 os primeiros inquiridos sobre o fraude da farinha, contra os moinhos Garota, Guidani e Estrêla serão enviados à Justiça Federal. Aí será travada uma nova batalha em favor do congelamento dos preços. Não dá para afirmar que os empresários pagarão por suas falcaturas, tendo em vista a cegueira da justiça e do governo quando se trata de colocar na cadeia os conhecidos ladrões de "colarinho alves".

Petistas armados agridem estudantes em Fortaleza

"Um encontro que terminou em um confronto de ideais e depois em agressão". Desta maneira cínica a prefeita Maria Luíza Fontenelle, de Fortaleza, referiu-se ao ataque que uma tropa de choque do PT desferiu contra estudantes que protestavam contra o fim da meia-passage de ônibus na capital do Ceará, dia 8 último.

Os estudantes ficaram atônitos com um projeto da secretária de Transportes de Fortaleza, Marta Mendonça, propondo o fim da meia-passage de ônibus - em vigor desde 1947 - e a emissão de dois tickets (casa-colégio-casa). As entidades estudantis foram aos meios de comunicação denunciar a medida e convocar uma passeata em defesa da meia-passage e pela demissão da titular da pasta de Transporte.



Mais de 2 mil estudantes saíram em passeata pela meia-passage que Maria Luíza quis tirar

CONFRONTO DE IDEIAS?

Um ato foi organizado para o dia 8, na Reitoria da Universidade Federal do Ceará, de onde os manifestantes saíram em direção à Prefeitura. Maria Luíza passou a negar o projeto de fim da meia-passage, mas os manifestantes anunciaram que tinham uma fita com a entrevista do chefe de gabinete da Secretaria de Transporte, João Bosco, onde ele afirma que "há a necessidade de estudar uma série de medidas de controle do percentual da meia-passage. O empresário não questiona a 'meia', pois ganha com isto", e conclui defendendo o fim da meia-passage em fins de semana e feriados "como princípio de justiça social".

Revoltados com a divulgação dos fatos, assessores

da prefeita e uma tropa de choque petista buscaram impedir a veiculação da fita. Como não conseguiram se contrapor à realidade (seria isto o "confronto de ideais" referido pela prefeita?), partiram para a agressão física. Quebraram a aparelhagem de som; atacaram o secretário-geral do Centro Acadêmico de Geografia, Luiz Gonzaga Falcão; deram uma coronhada na cabeça do estudante de Direito da Unifor, José Roberto (possivelmente porque era uma simples divergência de "ideais" preferiram não dar tiros); e espancaram o vice-presidente da União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas, Antônio Marinho.

Não há dúvida de que os correligionários da prefeita usaram argumentos fortes em sua defesa: quatro estudantes foram hospitaliza-

dos. Luiz Gonzaga Falcão, um dos hospitalizados, sofreu deslocamento da retina do olho direito; e Antônio Marinho sofreu "traumatismo fechado no abdômen com suspeita de ruptura interna do baço, fígado e rins ou intestinos ou outra víscera qualquer", conforme o médico César Penaforte, do Pronto Socorro Central, que atendeu o rapaz.

Apesar de tanta pancadaria, a manifestação continuou. "Nós nunca nos intimidamos com a ditadura militar, não seria agora que fugimos da briga", afirmou um secundarista. Mais de 2 mil pessoas saíram pelas ruas da capital aos gritos de "Maria traidora; fora Maria, meia todo dia". A receptividade da população foi emocionante - papel picado foi jogado dos prédios, aplausos etc.

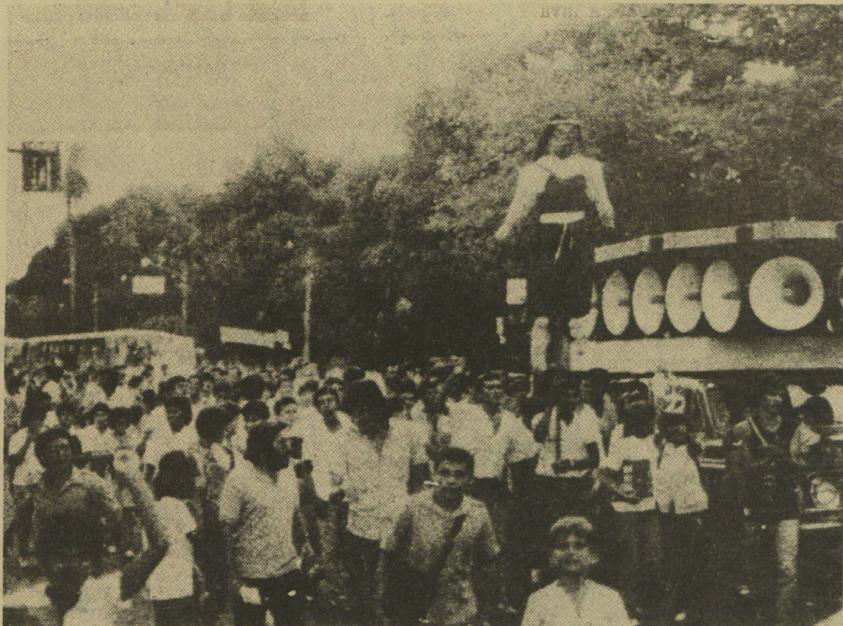
A chefe do Executivo petista, que havia comparecido à Reitoria para evitar a passeata, tratou de sair de cena. No principal terminal de ônibus de Fortaleza, os estudantes queimaram uma boneca que representava a secretária de Transportes. Na Praça José de Alencar a violência das hordas do PT contra os manifestantes continuou, jogando pedras, garrafas e tentando impedir a difusão dos fatos.

PREFEITA RECUA

Ricardo Chaves, presidente do DCE-UFC; Homero Arruda, presidente do DCE/UECE; Kenedy Araújo, presidente do DCE/Unifor; e Juliana, diretora da UMES, foram unânimes ao afirmar que entrarão "com um processo judicial culpando a prefeita por toda essa violência".

A disposição de luta dos estudantes intimidou a prefeita, que foi obrigada a recuar e, tentando melhorar sua imagem, sancionou (finalmente, depois de um mês) a lei do vereador Francisco Lopes, aprovada na Câmara Municipal, que garante às entidades estudantis o direito de emitir as carteiras que asseguram o abatimento de 50% nas tarifas de ônibus.

O advogado Benedito Bizerril foi contratado pelas entidades estudantis para processar a prefeita. "Vamos enquadrar a prefeita por insuflar seus assessores do PT que nos atacaram", informa Ricardo Chaves, do DCE da UFC. Já o presidente nacional do PT, Lula, no Espírito Santo, revelou que o que houve no Ceará foi apenas uma "troca de empurrões entre militantes do PT e militantes do PC do B". Uma tentativa ridícula de minimizar a violência, e de reduzir a manifestação estudantil aos comunistas.



Os manifestantes queimaram uma boneca representando a secretária de Transportes

Fundado Comando Popular de Congelamento em Rio Branco

Mais de 700 pessoas fundaram no último sábado, dia 5, em Rio Branco, no Acre o Comando Popular de Congelamento, CPC seguindo o exemplo de outras capitais do país. Nem mesmo a forte chuva atrapalhou o entusiasmo de donas de casa, funcionários, moradores de bairros e inclusive municípios distantes que foram para o ato.

A idéia de fundar o CPC surgiu após uma manifestação espontânea no início da semana passada, quando populares realizaram uma grande passeata até a Assembleia Legislativa "pedindo a cabeça" do atual delegado da Sunab, Aldecino Ferraz, por sua pouca habilidade no cumprimento do pacote governamental. Foi formada em seguida uma comissão pró-CPC liderada pelo movimento de mulheres do Acre, a CGT, Federação de Moradores,

além de outras entidades e partidos políticos. O CPC manteve a mesma estrutura da comissão.

O Acre atravessa uma situação peculiar no país quanto à aplicação do pacote governamental. Isolado, literalmente, dos grandes centros produtores, importa cerca de 80% dos produtos de consumo pela BR-364, que fica praticamente interdita no período das chuvas. Eleva-se assim consideravelmente o custo de vida no Estado que, pela inexistência de um parque industrial, vive à mercê dos grandes atacadistas. Para aumentar seu lucro, estes boicotam o fornecimento e exigem do governo constantes reajustes de tabela alegando despesas com frete.

SURTE O MOVIMENTO O descontentamento popular aumentou quando

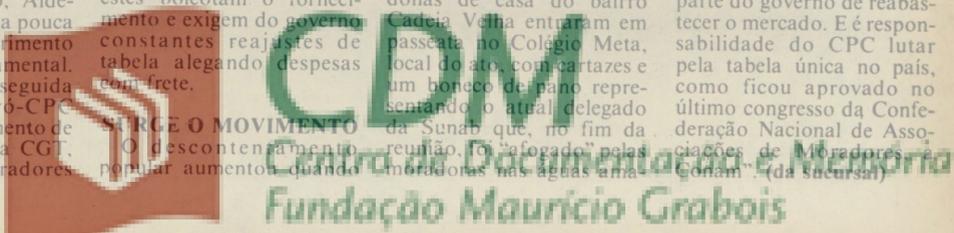
as prateleiras dos supermercados ficaram vazias e até mesmo a própria Cobal foi autuada pela Sunab. O CPC foi fundado com apoio massivo da população.

A assembléia de fundação do Comando Popular de Congelamento foi dividida em duas partes. Na primeira, a Associação dos Economistas e o Centro Popular de Pesquisa e Ação Social fizeram uma rápida exposição sobre o decreto-lei, avaliando seus aspectos positivos e negativos. Na segunda, houve caloroso debate dos populares sobre a questão. Um momento emocionante foi quando as donas de casa do bairro Cadeia Velha entraram em passeata no Colégio Meta, local do ato, com cartazes e um boneco de pano representando o atual delegado da Sunab que, no fim da reunião, foi "forçado" pelas

relas do Rio Acre.

O CPC parte agora para a formação de brigadas em todos os bairros e "está elaborando um documento a ser enviado ao presidente da República e demais autoridades do Estado, denunciando o abuso dos atacadistas que, mesmo com isenção do ICM (17%), do IPI (9%) e até mesmo do frete (7% por quilo) majoram os preços à vontade", segundo Salustiano de Souza, um dos líderes do Comando Popular de Congelamento.

Para Maria José Mortary, da Associação dos Moradores do Bosque, "é fundamental a garantia por parte do governo de reabastecer o mercado. É responsabilidade do CPC lutar pela tabela única no país, como ficou aprovado no último congresso da Confederação Nacional de Associações de Moradores e Comerciantes (da Sucursa)



Comunistas debatem tática para eleições de 1986 em São Paulo

O Diretório Regional de São Paulo do Partido Comunista do Brasil promoveu nos últimos dias 4, 5 e 6 uma ampla discussão sobre as eleições deste ano, com a participação de 150 militantes, incluindo os candidatos comunistas à Constituinte e à Assembléia Legislativa e dezenas de presidentes de diretórios municipais e distritais.

Vieram delegações de 43 cidades do interior, 31 presidentes de diretórios da capital e militantes das organizações de base da CMTC, Aeroviários, Eletropaulo, Sabesp, além de vários convidados. O PCdoB atualmente tem trabalho em mais de duas centenas de cidades paulistas, sendo que as principais concentrações estiveram representadas na reunião. Houve também uma significativa e entusiasmada participação de operários, bóias-frias dos municípios de Guairá, Três Fronteiras, Serrana e Presidente Venceslau, mulheres e jovens.

BOAS PERSPECTIVAS
O PCdoB poderá surpreender como uma grande força nas eleições deste ano", disse o presidente nacional do partido, João Amazonas, ao fazer uma breve exposição sobre as características de uma campanha de massas. Lembrou que, embora concorrendo com sua própria legenda, os comunistas não se deixarão isolar. "As alianças políticas ainda têm grande importância nesta caminhada", sublinhou. "Saímos deste encontro com a unidade reforçada e afinados como um só homem para a batalha eleitoral deste ano", assegurou, por sua vez, o presidente regional do PCdoB, Antônio Neto Barbosa. Ao abrir os debates, no plenário Teotônio Vilela da Assembléia Legislativa, Barbosa comentou que "o pleito constituinte constitui uma ocasião privilegiada para organizar o povo em torno de seus objetivos centrais".

O objetivo de eleger uma forte bancada progressista observou está vinculada à necessidade de intensificar o debate sobre a reforma agrária, a dívida externa, o combate à inflação por conta dos ricos e outros aspectos da vida política e econômica nacional.

ORGANIZAR O POVO
"Por isto", continuou, "nossa tarefa primordial nessas eleições é avançar na organização de um grande movimento de unidade



Candidatos comunistas à Assembléia Legislativa de São Paulo. Pela união do povo, por um regime progressista

popular com base em um programa que expresse o anseio por uma sociedade progressista, independente, voltada para a satisfação dos interesses nacionais. Portanto, não está em jogo apenas o aspecto parlamentar".

Derrotar a direita e forjar uma frente popular, consequentemente, são as metas centrais. Para alcançá-las, ao lado de três candidatos à Constituinte, lançaremos possivelmente mais de cem candidatos a deputado estadual. Já estão definidos mais de 30 nomes até o momento. Esses companheiros terão a função de levar a plataforma política dos comunistas a todos os municípios do Estado. E, em todos os cantos, também construirão o partido, filiando novos companheiros, discutindo nossas idéias entre os operários, camponeses, estudantes, intelectuais, professores, etc", acentuou Antônio Neto Barbosa.

A reunião discutiu também a sucessão ao governo estadual de São Paulo. O quadro político, neste sentido, ainda está em evolução e, embora a tendência predominante entre os comunistas seja de promover uma aliança em torno do PMDB e seu candidato, a posição ainda não está definida.

ENTUSIASMO
O deputado federal do PCdoB, Aurélio Peres, que há poucos dias recebeu o apoio da Associação dos Metalúrgicos Aposentados de São Paulo à sua campanha pela reeleição, não conteve seu entusiasmo: "Saio deste encontro

Feldman está fora do PCdoB

O Diretório Regional de São Paulo do PCdoB divulgou dia 9 uma nota onde esclarece que o vereador Walter Feldman, da capital, eleito em 1982, atualmente não mantém qualquer vínculo com os comunistas. A nota, na íntegra, é a seguinte:

"O diretório Regional de São Paulo do Partido Comunista do Brasil comunica aos amigos, democratas, às lideranças populares do Estado que o sr. Walter Feldman, vereador eleito em 1982 com apoio do nosso partido, rompeu seus vínculos com

o PCdoB desde dezembro de 1985. Seu mandato e o trabalho desenvolvido por seu gabinete não mantêm nenhum compromisso com o programa político e com as idéias dos comunistas.

"Tal esclarecimento se faz necessário para que não paire nenhuma dúvida de que as pretensões do sr. Walter Feldman tenham algo a ver com o trabalho que os comunistas do PCdoB desenvolvem na campanha eleitoral em 86 e na luta em prol da unidade do povo e do avanço político do país".

com a perspectiva de que o partido poderá fazer uma grande campanha, estruturar-se em todo o Estado e eleger uma grande bancada. Nossa vitória neste ano aproxima-nos mais dos objetivos revolucionários".

Geraldo Moreira de Souza, liderança vinculada aos bóias-frias em Três Fronteiras e candidato do PCdoB a deputado estadual, afirmou: "Aqui aprendi bem mais e sei que será mais fácil filiar e fazer a campanha entre os trabalhadores rurais. Na minha região eu enfrento latifundiários, ameaças e repressão por todos os lados. O anticomunismo foi muito disseminado, mas eu estou ganhando o povo para a realidade". No mesmo sentido

expressou-se Undelino de Barros, de Presidente Venceslau, secretário-geral do Sindicato dos Trabalhadores Rurais: "Sigo o partido há mais de 15 anos, tenho certeza que vamos ter um bom número de votos".

ALDO REBELO
O PCdoB programou para o dia 12, sábado às 14 horas, o primeiro lançamento em praça pública (na Rua Maria José, Bela Vista, na capital, com festa, baracas e músicas) de um dos seus candidatos à Constituinte, o jornalista Aldo Rebelo, ex-presidente da UNE e primeiro coordenador nacional da União da Juventude Socialista - UJS, entidade que conta com mais de 30 mil filiados no país.

Aurélio acusa o imperialismo na televisão

Está na fase final de edição o programa nacional do PCdoB em rede de rádio e televisão, que irá ao ar no próximo dia 23, às 20,30 horas. Será um programa fundamentalmente de propostas, para esclarecer as posições centrais dos comunistas sobre questões candentes da atualidade.

Um desses pontos será sobre a espoliação do país pelo capital estrangeiro. Aurélio Peres, deputado operário, faz uma denúncia vibrante da presença dos monopólios imperialistas, citando números vergonhosos desta dominação, seja em relação às empresas

estatais, seja por exemplo em relação à ferrovia que liga Carajás ao porto de São Luís, no Maranhão, para escoar as riquezas naturais e entregá-las diretamente aos navios das frota estrangeiras.

Aurélio revela ainda consequências diretas da sangria de dólares com o pagamento da dívida externa em relação a questões básicas como a moradia e a educação. Dirigentes das mais variadas entidades de massas manifestam concordância com as propostas dos comunistas.



Foto: César Diniz

Parlamentar operário no programa do PCdoB

Partidos acertam normas para as eleições deste ano

A discussão sobre as normas que regularão as eleições constituintes de 15 de novembro estão sendo realizadas com a presença de todos os partidos em nível de igualdade. O fato em si já representa um certo avanço democrático pois no ano passado os partidos sem registro permanente, organizados ou reorganizados depois da emenda constitucional de maio de 1985, não eram sequer informados de tais reuniões.

Nas reuniões são acertados os pontos que serão levados à plenária da Câmara Federal, já com uma posição consensual das diversas correntes, o que agiliza os trabalhos. Uma primeira posição importante, tomada pelas lideranças partidárias, foi a de estender a validade do registro de todas as agrêmiações políticas até que uma nova Lei dos Partidos seja votada. Como se sabe, enquanto os partidos legalizados durante o período da ditadura têm registro normal, os outros, que encaminharam seus programas e estatutos ao Tribunal Superior Eleitoral depois do surgimento da Nova República, estão apenas habilitados a concorrer ao pleito de novembro. Depois disso poderão voltar à legalidade. Agora, se a posição das lideranças for transformada em lei, todos ficam em pé de igualdade. Mesmo assim, continua urgente a votação da Lei dos Partidos em definitivo.

COLIGAÇÃO MAIS FÁCIL

Os líderes acertaram também uma norma sobre o número de candidatos a que cada partido terá direito. Cada legenda poderá lançar para a Câmara Federal o equivalente a uma vez e meia do total de deputados federais de cada Estado (assim, num Estado que tenha 10 deputados federais, cada partido poderá ter 15 candidaturas) para as Assembleias

Legislativas, cada legenda terá direito ao dobro do número de deputados estaduais; e três vezes o número de vereadores para a Câmara Municipal.

No caso de coligação o número de candidatos será dobrado para o conjunto dos partidos coligados. No exemplo do Estado com 10 deputados federais, a coligação - seja qual for o número de partidos que se unam - poderá lançar 30 candidatos. Se esta proposta for de fato aprovada, significará uma possibilidade muito maior de se estabelecer coligações, de acordo com o espírito democrático.

RESTRICÇÕES AOS NOVOS

Mas nem sempre prevalecem as idéias de mudanças. Em relação a campanha no rádio e TV, ficou estabelecido, por maioria, que somente os partidos com representação parlamentar terão direito à propaganda gratuita nos meios de comunicação. "Nós consideramos isto uma discriminação contra os partidos novos, que ainda não têm parlamentares", declarou o líder do PCdoB, Haroldo Lima.

Os horários eleitorais - uma hora durante o período da tarde e uma hora à noite - serão distribuídos na primeira meia hora de cada transmissão igualmente entre todos os partidos com representação na Câmara Federal e na segunda meia hora proporcionalmente às bancadas.

Não foi possível chegar a um acordo sobre a eleição em dois turnos para governador. O PDT, PTB, PDS e PFL recusam-se terminantemente a aceitar esta norma democrática. Em relação às prévias eleitorais, só poderão ser divulgadas até três semanas antes do pleito. E os partidos terão amplo acesso às pesquisas e o direito de saber quem as contratou. Outros assuntos pendentes continuam em discussão (sujeitos) para as Assembleias

Generais aferrados ao poder central

Lei de Segurança em ação

A Justiça Militar de São Paulo condenou, no último dia 7, o dirigente sindical Vicente Paulo da Silva a um ano de prisão, com base na Lei de Segurança Nacional, sob a acusação de ter "difamado" o ex-presidente Figueiredo numa assembleia em São Bernardo, em 1983. O "crime" de Vicentinho foi ter afirmado, que o presidente "está roubando descaradamente os trabalhadores". A auditoria militar concedeu o direito a "sursis", ou seja, suspendeu a pena de prisão, desde que o dirigente sindical cumpra certas exigências, durante dois

anos. Uma delas é não participar de assembleias da categoria. Vicente é diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, em São Paulo.

O deputado federal Aurélio Peres, falando em nome da liderança do PCdoB no plenário da Câmara Federal, criticou duramente o fato de um tribunal militar condenar um trabalhador, com base na LSN. Tal acontecimento é uma demonstração da perseguição política contra os trabalhadores, disse ele, e reafirma a necessidade urgente de revogação desta lei fascista.

Com a aproximação da batalha Constituinte, cresce o nervosismo dos generais na ânsia de manterem a supremacia das Forças Armadas sobre as instituições e sua tutela sobre o poder Executivo em particular.

Dentro desta ótica é que deve ser entendida a entrevista do almirante José Maria do Amaral, chefe do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), negando a oportunidade de se discutir a criação de um Ministério da Defesa na elaboração da nova Carta Magna. "Não há necessidade" disse ele, acrescentando que o EMFA já preenche os requisitos desta pasta.

Militares pretendem continuar a tutela sobre o governo e o Congresso

Fazendo coro com ele os comandos de cada força - especialmente da Marinha e da Aeronáutica - opõem-se vigorosamente a esta idéia. Atualmente as Três Armas, e o EMFA, ocupam cada uma um lugar no Ministério, além do SNI e da Casa Militar da Presidência - ao todo seis oficiais generais ocupam cargos de ministros.

Na verdade o EMFA deveria ser um órgão técnico, incumbido de viabilizar os meios práticos militares para defender as fronteiras nacionais, cumprindo orientações governamentais. Mas durante a ditadura foi elevado à função de participar diretamente da elaboração da política, o mesmo acontecendo com os comandos de cada uma das Armas. E, mais absurdamente, o SNI, com funções evidentes de polícia, igualmente ocupa uma pasta ministerial. É uma verdadeira aberração.

A gritaria dos chefes militares demonstra sua recusa de se submeterem aos poderes constitucionais, de voltarem aos quartéis, de respeitarem a vontade soberana do povo quando elege nas urnas seus governantes.

Outra demonstração de que os generais permanecem aferrados à idéia de tutores da nação, foi o julgamento pelo Tribunal Militar, e com base na LSN, de Vicente Paulo, no último dia 7, em São Paulo (veja no quadro).

O Brasil precisa de um governo democrático, representativo da vontade da maioria, e o ministério expressa a sua composição política. A presença de seis militares no ministério, quase um quarto do total, é flagrantemente uma distorção, que vai contra a democracia.

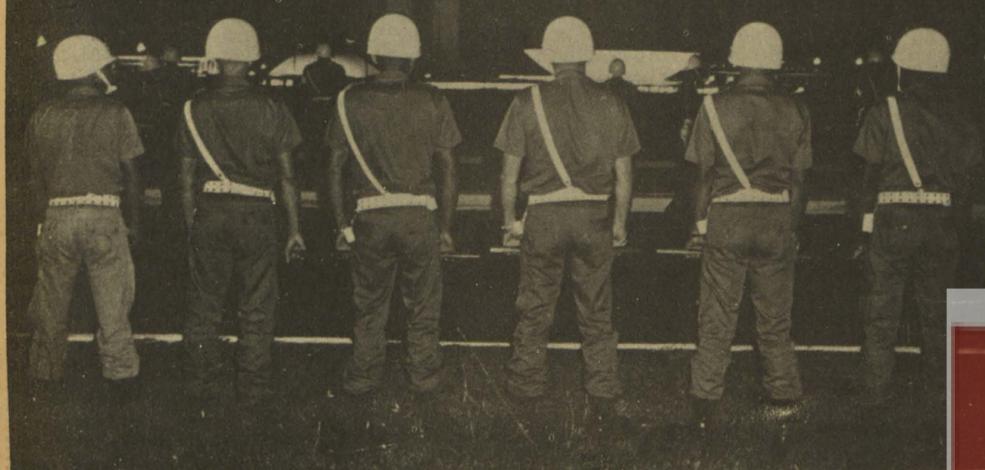


Foto: Paula Simas

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Lei fascista em cena novamente

Um dirigente sindical disse que o presidente da República estava "roubando os trabalhadores". Por isto, foi condenado a um ano de prisão pela Justiça Militar, com base na Lei de Segurança Nacional. Condenações deste tipo ocorreram inúmeras vezes durante a ditadura. Mas esta é a que nos referimos é do dia 7 de abril de 1986. O sindicalista é Vicente Paulo da Silva, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. No próximo dia 17 outro julgamento, também por "difamação", e pela LSN, será feito, tendo como ré a deputada Ruth Escobar.

MODELO CONSERVADOR

O fato da Nova República não ter até hoje revogado a LSN e permitir julgamentos absurdos como estes, revela o seu caráter conservador, a sua incapacidade de atender aos anseios de mudanças do povo brasileiro. O conceito de segurança nacional implantado pelos generais, confundindo governo com Estado e taxando qualquer oposição de atentado à ordem, é inteiramente incompatível com o regime democrático.

O temor das classes dominantes de abolir mesmo instrumentos desmoralizados como a LSN, mostra que a sua disposição de transição democrática não passa da superfície. O modelo econômico mantido no Brasil, com elevada concentração da propriedade e da renda, não tolera nem um regime político liberal. Por isto, a Nova República, que só viabilizou com a derrota dos generais, tenta agora se estabilizar fazendo acordos com os antigos tutores da nação e os mantém numa posição privilegiada.

AMEAÇA DO POVO

O julgamento tem ainda outro componente. A condenação, por um motivo tão inconsistente, indica também uma ofensiva da direita, como uma ameaça sobre o conjunto do movimento progressista, e uma pressão sobre o próprio governo colocando-o diante de fatos consumados de natureza antidemocrática e antipovo.

Numa hora destas, quando se preparam as eleições para a Assembléia Constituinte, um Tribunal Militar de exceção, que só pode existir nos regimes de força, condenar um sindicalista pela LSN tem o sabor de um recado. É este o papel das Forças Armadas que os militares querem ver perpetuado na nova Carta Magna: uma casta especial, inatacável, com a função de juiz supremo da sociedade.

PROTESTO GERAL

Diante deste quadro, urge que se levante um protesto enérgico em todo o país. Se as forças da Nova República não têm condições para dar continuidade às mudanças, impõe-se uma ampla unidade, pela base, dos trabalhadores e de todos os democratas, para conquistar um novo regime, mais avançado, representativo das correntes progressistas do país.

A batalha para remover toda a legislação autoritária herdada da ditadura constitui uma questão central na preparação da Constituinte. Só num clima de liberdade será possível fazer constar direitos e dispositivos de acordo com o pensamento da maioria dos brasileiros. E o repúdio à condenação de cidadãos pela famigerada LSN é parte importante desta luta.

Os chefes militares, embora tão arrogantes, não se sentem seguros de sua posição. Tanto assim que concederam uma suspensão por dois anos da aplicação da pena de Vicente Paulo, sob condições. Batem e assopram ao mesmo tempo. O protesto popular deve colocá-los novamente na defensiva política e barrar seus ataques reacionários.

(Rogério Lustosa)

É fácil entender que os princípios de organização de um partido da classe operária diferem radicalmente daqueles adotados pelos agrupamentos burgueses ou reformistas. Os partidos se organizam em função de seus objetivos maiores, a organização é um instrumento para colocar em prática a política. A estrutura do partido comunista serve ao seu programa revolucionário.

A vanguarda da classe operária, dizia Lênin, tem como missão "organizar a luta de classe do proletariado e dirigir esta luta, cujo objetivo final é a conquista do poder político pelo proletariado e a organização da sociedade socialista". É portanto um destacamento de combate, não pode ser um mero aglomerado de indivíduos dispersos. O partido do proletariado é a forma superior de organização da classe operária, apoiado num elevado grau de unidade política e ideológica, capaz de orientar um exército político de massas de acordo com um plano único e diretrizes seguras em cada batalha.

As classes dominantes compreendem muito bem a importância decisiva deste instrumento coeso e disciplinado para a luta dos trabalhadores. Por isto mesmo tratam por todas as maneiras de golpear o partido comunista. Além da repressão policial direta, travam uma verdadeira guerra no campo das idéias para desacreditar as concepções revolucionárias de organização no seio da sociedade. Tentam inclusive introduzir concepções oportunistas nas fileiras comunistas, espalhar a confusão no seu interior e corromper seus militantes e dirigentes.

Organizar-se para colocar o programa em ação

O choque de concepções evidencia-se logo nos critérios para definir quem é membro do partido comunista. A fórmula leninista é muito clara: "É membro do partido todo aquele que aceite seu programa e ajude o partido tanto materialmente como militando pessoalmente em uma de suas organizações". Ou seja, não basta uma adesão abstrata ao programa. É essencial que o militante se organize na sua fábrica, no seu bairro ou na sua escola, para transformar a intenção em ação prática. Organizados, os militantes têm uma atuação permanente, não se limitando a colaborar esporadicamente com o movimento revolucionário. Exercem assim, efetivamente, um papel de vanguarda, ajustados com a atividade do partido em todo o país.

Num partido reformista, diferentemente, basta que qualquer um se filie e se declare militante. Não existe disciplina coletiva, assim como não existe controle das tarefas. É um conjunto amorfo, já que a maioria de seus elementos não está vinculada por um mínimo de organização. Tal tipo de agremiação presta-se sobretudo a pressionar as classes dominantes visando certas concessões, não tem como enfrentar os duros combates para transformar revolucionariamente a sociedade. Age principalmente em função das disputas eleitorais ou, quando muito, em determinadas campanhas, ocasionalmente.

Nas condições atuais do Brasil, quando milhões de pessoas despertam e partici-



pam de amplos movimentos de massas, salta aos olhos a necessidade de um partido forte e numeroso. Por outro lado, o partido do proletariado só muito recentemente passou a ter vida legal, depois de um longo período de clandestinidade - em que sofreu uma perseguição implacável e foi vítima de uma furiosa campanha de calúnias. Ao mesmo tempo, atuam entre os trabalhadores organizações reformistas - inclusive que procuram se apresentar como comunistas - e grupos inconseqüentes da pequena burguesia, que fazem tudo para atrair para sua área de influência os ativistas que se destacam nas lutas de massas.

Aplicar as idéias marxistas nas novas condições

Os comunistas têm, por isto, como tarefa urgente incorporar às fileiras revolucionárias milhares de novos combatentes, sem deixar de aplicar, nestas novas condições, os princípios marxistas-leninistas de organização. Impõe-se uma política hábil e ousada visando filiar rapidamente um grande número de lutadores. A quantidade de militantes representa nesta conjuntura, uma condição básica para possibilitar um salto de qualidade na atividade partidária tendo em vista cumprir sua missão de direção da luta de classe.

Seria entretanto grave equívoco separar a campanha de filiação em massa do trabalho de organização dos novos elementos em células de base e de formação de um grande contingente de novos quadros capazes de dirigir um partido numeroso. A filiação e a incorporação dos novos militantes em organismos por local de trabalho, moradia e estudo, fazem parte obrigatoriamente de um mesmo movimento. O descuido nesta importante questão poderia elevar a uma situação contraditória em que o partido aumenta formalmente o número de membros mas reduz a sua

capacidade de mobilização de massas. Em contrapartida, se os novos militantes, através de um esforço paciente, mas intenso e continuado, vão sendo encaminhados para as células, isto se traduzirá em maior ímpeto de combate, maiores vínculos com o povo, multiplicação da influência política do partido e presença maior dos comunistas nas entidades e organizações populares.

Base nos centros vitais da luta de classes

A idéia da célula de base como ponto de apoio fundamental do partido do proletariado é questão chave que o distingue das organizações burguesas e pequeno burguesas. Os grupos das classes dominantes, os reformistas e social-democratas dedicam-se a manter o sistema capitalista ou, no máximo, a promover remendos e mudanças de fachada. Em virtude destes objetivos atuam principalmente nas instituições das classes dominantes - em particular o parlamento. Organizam-se para a disputa parlamentar tendo como base os distritos eleitorais. Nestes distritos, grupos de ativistas atuam sob a direção de alguns caciques, sem vida orgânica, mobilizados em função deste e daquele pleito, como massa de manobra, sem participação ativa no funcionamento partidário.

Entretanto, para dirigir o combate da classe operária e das massas populares por um novo sistema social, é indispensável a construção de organizações de base principalmente nos centros vitais da luta de classes. Só assim é possível criar raízes profundas entre os trabalhadores, conquistar seu apoio efetivo na vida e no trabalho, na luta do dia a dia e não apenas buscar seus votos de tempos em tempos.

Lênin indicava com muita ênfase: "Precisamente a fábrica, que para alguns se apresenta como um bicho

papão, representa a forma superior de cooperação capitalista, que unificou e disciplinou o proletariado, que lhe ensinou a organizar-se e o colocou na vanguarda de todos os demais setores da população trabalhadora e explorada". E acrescentava: "A força fundamental do movimento reside no grau de organização dos operários das grandes fábricas, nas quais se concentram a parte predominante da classe operária, não só quanto ao número mas também por sua influência, grau de desenvolvimento e capacidade de luta. Cada fábrica deve converter-se numa fortaleza nossa".

A célula é, na concepção leninista, um organismo dinâmico, com iniciativa própria, que orienta as massas em cada episódio da luta de classes, ajudando-as a fazer sua própria experiência, a se organizar, a tomar consciência de sua força e de seu papel na luta pelo socialismo. Nesta atividade cotidiana os militantes também se educam, opinam sobre as orientações partidárias e as enriquecem, planejam concretamente a aplicação de sua política, sistematizam as lições tiradas das lutas, recrutam novos combatentes. Atuam de forma coletiva e não cada um por si. Desta forma, é possível combinar diretrizes gerais com responsabilidades individuais. Dirigentes e militantes de base têm sua atuação controlada pelo conjunto, organizadamente.

Tal funcionamento impede a cristalização de caudilhos, como nos partidos burgueses, que conduzem os filiados sem prestar contas a ninguém. E evita o método pequeno-burguês de mobilização de grupos de ativistas, de forma dispersa, sem um plano, que vão de um lado para o outro, como beija-flor, sem construir bases sólidas.

Outra diferença fundamental que marca o partido do proletariado é quanto à forma de colocar em prática suas orientações. Nas agremiações burguesas as cúpulas decidem e as massas políticas no geral. Utilizam os

meios de comunicação de massas para "informar" seus filiados sobre os rumos a seguir. O poder econômico, a máquina burocrática, o jogo de influências, são os fatores essenciais para levar adiante as decisões adotadas. As manobras para anular as deliberações ou modificá-las de acordo com os interesses de determinados grupos, as jogadas para "desestabilizar" candidatos, constituem coisa corriqueira nas fileiras das classes dominantes.

A mobilização do coletivo é tarefa essencial

Na organização de vanguarda do proletariado a primeira condição para a realização do programa e da política partidária é a mobilização de todos os organismos e de todos os militantes para o trabalho. Não se admite que as discussões se limitem a formular diretrizes e planos abstratos. E, uma vez traçadas as orientações, não basta anunciá-las. O essencial passa a ser conquistar o coletivo partidário e capacitá-lo para transformar as idéias em ações práticas. As direções precisam dominar o conjunto da situação em sua área e saber aplicar corretamente a teoria marxista-leninista de acordo com a realidade. Mas devem manter uma ligação estreita com as bases - que têm contato direto e diário com o povo em cada local - para aferir o acerto da política e controlar sua aplicação. Neste intercâmbio as direções recolhem opiniões vivas dos militantes, que contribuem para definir a política, e lhes fornecem argumentos sólidos que os ajudem a conquistar os trabalhadores e incorporá-los à luta de forma organizada.

Por fim, uma característica que vale ainda ressaltar é a estrita fidelidade do partido comunista à teoria científica do proletariado. É conhecida a afirmação de Lênin: "Só um partido guiado por uma teoria de vanguarda pode cumprir a missão de combatente de vanguarda". O partido deve fundir o movimento espontâneo com a teoria revolucionária não se limitando a seguir passivamente os acontecimentos do dia a dia. Em cada ocasião defende os interesses do conjunto da classe operária e aponta para o seu objetivo final.

Luta ideológica se reflete no próprio partido

A luta em defesa das concepções leninistas de partido e uma preocupação constante na luta de classes. Tal esforço se reflete dentro do próprio partido numa batalha ideológica permanente contra as concepções estranhas ao proletariado. Nesta luta interna não se admite arrogância ou imposições e sim um trabalho persistente de convencimento, sempre tendo em vista a advertência de Lênin: "Tudo que minimizar a ideologia socialista, tudo que seja afastar-se dela, equivale ao fortalecimento da ideologia burguesa".

A degeneração de muitos partidos, que desviaram-se do marxismo-leninismo e enveredaram pelo caminho revisionista, está frequentemente ligada ao abandono dos princípios de organização revolucionários ou à sua redução, na prática, a fórmulas mortas. O partido é como qualquer ser vivo: se não exercitar-se, se não se alimentar e respirar o ar puro, se não eliminar as células velhas e substâncias mortas, sucumbe fatalmente. (Rogério Lustosa)

DE OLHO NO LANCE

PETUF

Para quem não sabe, este é o nome de uma das correntes atualmente em ascensão nas fileiras petistas. Petuf é o resultado de PT com Maluf. A coisa começou oficialmente com o vice-presidente regional da CUT em São Paulo, José de Fátima, sempre muito elogiado pelo PT como militante combativo. Chegaram a dizer que era o Lula dos trabalhadores rurais. Pois sem mais nem menos Petuf, digo José de Fátima, aderiu à candidatura de Paulo Salim Maluf. O deputado Matarazzo Suplicy disse que ainda vai conversar com seu correligionário para convencê-lo a mudar de idéia.

Mas agora, a própria deputada federal Irma Passoni confessa que a moda pegou. Ela afirma que nos diretórios de Santo Amaro, Jabaquara, Socorro, na zona sul de São Paulo, existem certos postulantes a candidatos do PT para deputado federal e estadual que podem ser malufistas. Irma pediu inclusive uma investigação a respeito ao Diretório Regional.

Alguns dirigentes petistas ficaram indignados com estes fatos. Mas até agora não foram capazes de estudar o fenômeno e detectar suas causas. Não percebem que a fonte do petufismo está na própria linha política do partido. Enquanto não for tratado este mal as "surpresas" continuarão atrapalhando o sono do PT.



Transporte urbano não pode ficar sujeito aos interesses da iniciativa privada

Empresários ameaçam locaute no transporte

As empresas particulares de ônibus urbanos de São Paulo estão ameaçando fazer locaute, deixando a população sem transporte, se o governo não aumentar a tarifa ou lhe der subsídios. Ao invés de punir os organizadores deste movimento que está gerando um clima de terror, o prefeito Jânio Quadros os apóia e serve de intermediário com o governo federal.

O presidente do Sindicato dos Motoristas e Cobradores de São Paulo, João Alves do Nascimento, entregou um ofício ao ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, dia 4, acusando as empresas de ônibus urbano de tentarem um locaute, usando o atraso de pagamento como instrumento. O documento afirma que os empresários de ônibus estão "anarquizando o transporte coletivo, diminuindo o número de carros nas ruas, assim prejudicando a população, e criando maquiavelmente um clima de terror, forçando uma tendência à greve pela ameaça crescente de falta de pagamento no próximo dia 10".

Há anos que os empresários vêm utilizando este mesmo expediente para conquistar seus objetivos. No início de dezembro do ano passado eles atrasaram o pagamento dos motoristas e cobradores, provocando greve e assim pressionaram o prefeito a conceder aumento de tarifa. João Alves do Nascimento é

quem explica: "As empresas, às vezes, usam o empregado, atrasando o pagamento, porque sabem que ele vai à greve e, aí, os patrões conseguem arrancar alguma coisa".

UMA VELHA CANTILENA

Desde o início do ano que as empresas particulares de ônibus vêm reivindicando o aumento da tarifa de Cz\$ 1,50 para Cz\$ 3,00. Com o congelamento dos preços no final de fevereiro eles passaram a retirar alguns ônibus de circulação, complicando o já precário transporte coletivo do paulistano. Esta ameaça é grave, pois as empresas particulares transportam diariamente 4 milhões dos 5,5 milhões de passageiros que se utilizam de ônibus.

Ao invés de defender a população contra estas ameaças, o prefeito Jânio Quadros vem lhes dando cobertura desde o início, deixando o caminho aberto para suas ameaças e arrua-

ças. O presidente da Companhia Municipal de Transporte Coletivo (CMTC), Jair Monteiro, disse que "é preciso que o governo federal encare e solucione o problema dessas empresas imediatamente para evitar a ocorrência de greve no transporte coletivo da cidade". Ele foi ao ministro Dilson Funaro sugerir que o governo federal dê subsídios ao óleo diesel e verbas para socorrer as empresas privadas.

Essa conversa de que as empresas não têm dinheiro para pagar salários não convence a ninguém. O presidente do Sindicato dos Motoristas e Cobradores alerta: "Vamos buscar nosso aumento de verdade porque não transportamos ninguém de graça nem fiado. Entra dinheiro nas empresas todos os dias".

Em 1983 o prefeito Mário Covas decretou intervenção em várias destas empresas e foram descobertas uma série de irregularidades e trambiques. Não é possível deixar a população sob as ameaças destes empresários. O primeiro passo seria a estatização de todas as empresas particulares. Aí sim, se poderia pensar num subsídio aos transportes para baratear as tarifas.

Prefeito encampa empresa de ônibus em Aracaju

A Prefeitura de Aracaju, capital do Sergipe, assumiu no dia 4 o controle da Empresa Progresso Ltda., que explorava os serviços de transporte coletivo na capital. Esta medida veio em decorrência das sabotagens, locautes e pressões que a empresa fazia para que o prefeito Jackson Barreto aumentasse o preço da tarifa de ônibus.

Após a decretação da encampação da empresa de ônibus, os auditores constataram que os funcionários trabalhavam sem as mínimas condições de segurança, utilizando material inflamável no almoxarifado, o que é proibido por lei. O patrão também não cumpria os acordos coletivos de trabalho e também atrasava os salários.

Ainda no início de março, o diretor administrativo da empresa, Bosco Teles, dizia: "Não temos dinheiro para cumprir os compromissos, vamos entregar as chaves ao prefeito se ele não aumentar o preço da tarifa". Na mesma semana ele deixava de pagar os funcionários que pacientemente aceitaram esperar mais uma semana. No final do prazo os salários foram depositados no banco faltando dez por cento. A empresa fez isso de propósito, porque sabia que os motoristas e cobradores não iriam silenciar diante da diminuição de seu suado dinheiro. Foi o que aconteceu. Os funcionários cruzaram os braços por meio dia.



Jackson Barreto recebe apoio do povo por sua medida

No final Bosco Teles admitiu pagar a diferença salarial no dia seguinte, reintegrar as lideranças que estavam sendo demitidos por motivos políticos e garantindo estabilidade na empresa.

A REAÇÃO DA DIREITA

Agora Bosco Teles vai aos órgãos de comunicação - monopolizados pelo PDS - e, de comum acordo com o ex-prefeito José Carlos Teixeira, que se aliou aos mafiosos e à oligarquia rural, procura instigar os trabalhadores a irem à greve contra a encampação. Somente os agentes dos patrões estão levantando a idéia. Os líderes comprometidos com a categoria, como Dermeval dos Santos (demitido por ter liderado duas greves contra a Progresso, caloteira), já se declarou favorável à encampação. E explica porque: "Com a encampação os trabalhadores terão mais liberdade de greve e terão os seus direitos respeitados, o que não era cumprido pela empresa.

antes da desapropriação".

A direita e os falsos peemedebistas (estes liderados por José Carlos Teixeira) estão sabotando a desapropriação. Para tanto contam com o aval do juiz José Alves Neto. O juiz se negava a dar liminar "porque o valor declarado pela empresa no contrato, de 6 milhões de cruzados, não corresponde ao valor real". Ele quer que a prefeitura desembolse 25 milhões de cruzados ao invés de 6 milhões, para penalizar os contribuintes e deixar os capitalistas ainda mais ricos.

O representante da CGT, José Araújo, está conclamando os trabalhadores a assumirem esta luta em favor da desapropriação, como forma de dar sustentação à justa medida tomada pelo prefeito Jackson Barreto. O PC do B soltou nota em defesa da encampação da empresa e conclamando os democratas e progressistas a lutarem em defesa dessa bandeira.

(da sucursal)

Só uma ampla mobilização pode barrar terror do latifúndio

Cerca de trezentos latifundiários, representando Federações e Sindicatos patronais de todo país, se reuniram em São Paulo na sede da Sociedade Rural Brasileira, no último dia 7, para discutir novas formas de fazer chantagens e ameaças com o objetivo de impedir a aplicação do Plano Nacional de Reforma Agrária.

Alegam os latifundiários, que não participaram da elaboração dos Planos Regionais de Reforma Agrária que as diretorias regionais do Incra já encaminharam ao Mirad e que milhões de trabalhadores rurais pacientemente estão esperando que o presidente Sarney assinasse para que sejam implantadas.

APLICAÇÃO IMEDIATA

A gritaria dos fazendeiros e grileiros vem desde 1985 através de TV, jornais, revistas e de parlamentares que bradam ameaças de todos os tipos contra o governo, o PNRA e em especial contra os lavradores e seus sindicatos. Responsáveis pela morte de 261 pessoas no ano passado, os latifundiários assessorados pela TFP, escudados na impunidade, fizeram leilões, organizaram "caixinhas" e anunciaram a disposição de resistir armados à reforma agrária e continuaram promovendo a matança no interior do país.

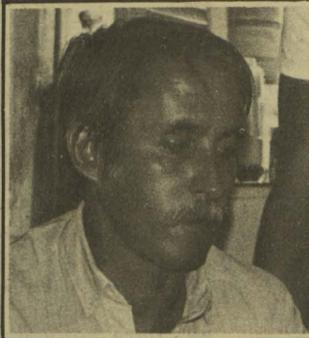
Mesmo entendendo que o PNRA da Nova República é uma proposta de caráter burguês-latifundiário, que segue o caminho da gradativa transformação capitalista de grande propriedade rural, os milhões de trabalhadores rurais sem terra, ou com pouca terra que lutam por uma reforma agrária antilatifundiária, exigem a imediata aplicação do PNRA. Eles entendem que este plano, com todas as debilidades e limitações que têm, representa um instrumento legal de luta pela terra, um passo inicial na alteração da estrutura fundiária do país e uma iniciativa que pretende assentar 1,4 milhão de famílias sem terra até 1989.

AMPLA MOBILIZAÇÃO

O plano governamental, apesar das acusações feitas pela TFP, pela Sociedade Rural Brasileira e por todos os serviços do latifúndio, não mexe em profundidade no atual quadro fundiário. Ao contrário, permite um repasse vultoso de dinheiro aos auto proclamados proprietários rurais através das desapropriações com indenização. É um plano que atende ape-

Diante da nova onda de terror anunciada pelos latifundiários e

PONTO DE VISTA SINDICAL



Arthur de Paula

seus apaniguados, torna-se imprescindível uma rápida, ampla e organizada mobilização das massas camponesas, dos operários e demais setores democráticos e progressistas, para, através de massivas manifestações nas grandes e pequenas cidades do país, exigir a imediata aplicação do Plano Nacional de Reforma Agrária e dos Planos Regionais, buscando assim barrar o poder de pressão e repressão dos grileiros e latifundiários.

É preciso articular as grandes manifestações de rua com a atuação dos vereadores, deputados estaduais e federais, comunistas ou não, que apóiam as lutas dos camponeses. É preciso enviar ao presidente Sarney, aos ministros da Justiça e da Reforma Agrária, telegramas ou cartas exigindo que se instaure inquérito para apurar a

bandagem dos latifundiários, com base na documentação elaborada pelo Mirad em fevereiro deste ano, onde consta o nome dos mandantes e executores dos assassinatos praticados em 84 e 85 contra os posseiros, índios, sindicalistas e ativistas da luta pela reforma agrária, assim como exigindo também a imediata aplicação do PNRA.

ACELERAR A CRIAÇÃO DE COMITÊS

O movimento sindical operário e de trabalhadores rurais jogará papel fundamental na mobilização e organização de amplas manifestações contra o latifúndio e pela implantação do PNRA. É preciso que a CGT, a Contag, as Fetags, os partidos políticos comprometidos com as lutas e interesses do povo busquem com urgência o caminho de voltar às ruas exigindo a reforma agrária antilatifundiária e o fim da violência contra os lavradores.

É necessário acelerar a criação de comissões e comitês de reforma agrária em todos os municípios representativos das massas camponesas sem terra, para entrar em entendimento com as autoridades incumbidas da realização dos Planos Regionais de Reforma Agrária e decidir imediatamente as localizações e ocupações das terras onde serão feitos os assentamentos.

A CGT, a Contag, os sindicatos e as massas camponesas não podem ficar esperando passivamente que o Incra e o Mirad solucionem tudo e que os latifundiários desenvolvam suas formas de pressão contra o governo e continuem promovendo impunemente as chacinas no interior.

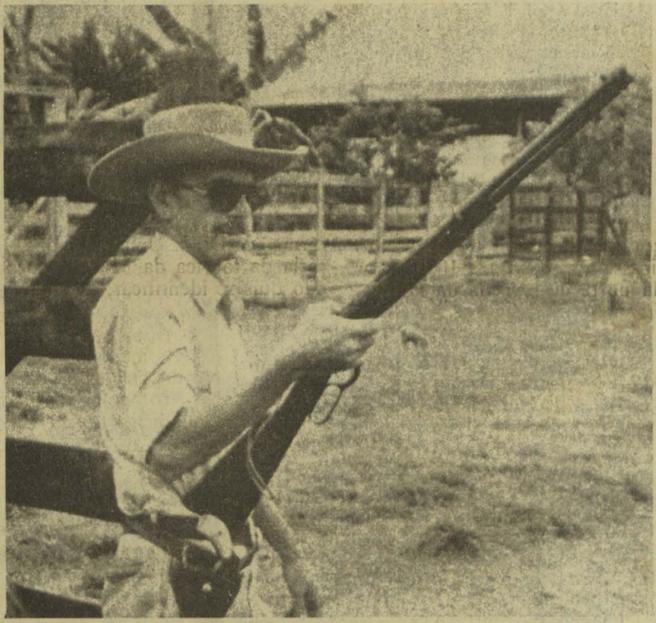


Foto: Orlando Brito

Latifundiários estão se armando para impedir a Reforma Agrária

União de Mulheres de São Paulo promove seminário sindical

A União de Mulheres de São Paulo promoveu no dia 5 de abril na Colônia de Férias dos Securitários, em Praia Grande, um seminário sobre a participação feminina no movimento sindical. O seminário contou com a presença de 11 sindicatos, 5 mulheres dirigentes sindicais, três diretores de sindicatos, num total de 59 pessoas.

O objetivo da entidade é propiciar a discussão entre ativistas e diretores sindicais sobre a situação da mulher trabalhadora, debater as condições de mobilização e organização da mulher no sindicato.

A União de Mulheres visa ainda assessorar o movimento sindical de forma a viabilizar e agilizar a formação e funcionamento dos

departamentos femininos. E considera que esse movimento tende a fortalecer o Departamento Nacional de Assuntos da Mulher da CGT.

O seminário foi aberto e encerrado pelo presidente em exercício do Sindicato dos Securitários, Domingos Alfredo de Castro, que forneceu a infra-estrutura para o encontro.

As diretoras dos sindicatos dos securitários, Marlene; dos telefônicos, Gonçalves (diretora nacional da CGT); Maria Auxiliadora, dos Brinquedos; Cheila Assunção, dos Metroviários; Neusa Zanotti, dos Têxteis de São Bernardo; e Elizabeth Tortolano, da Sabesp (diretora estadual da CGT) e as demais presentes concluíram que o departamento feminino é parte integrante do sindicato e seu funcionamento é inteiramente integrado à atividade do próprio sindicato; visa mobilizar e organizar as mulheres - vítimas de maior discriminação - para as atividades sindicais. E, na medida em que o sindicato deve ter uma atuação integrada com uma movimentação política voltada para o conjunto dos trabalhadores, o departamento feminino tem o papel de incentivar a mulher a atuar politicamente, buscando uma educação de classe.

O seminário já teve seus frutos. Metroviários e eletricitários já convidaram a União de Mulheres a promover encontros semelhantes. E o Sindicato dos Securitários também se comprometerá no dia 10 de abril.

Mulher na Constituinte

No dia 6, no auditório Teotônio Vilela da Assembléia Legislativa de São Paulo, as mulheres voltaram à cena. Desta vez num seminário sobre a mulher e a Constituinte, promovido pelo Diretório Regional do PCdoB.

A coordenadora do seminário, Lillian Martins, dirigente regional do partido e candidata a deputada federal, falou sobre a participação da mulher na luta política geral do povo brasileiro pela suspensão do pagamento da dívida externa e aplicação do plano de reforma agrária.

Quanto à Constituinte, Lillian destacou que a participação da mulher se dá em dois níveis: enquanto cidadã e enquanto mulher. Defendeu a necessidade de um capítulo específico sobre a mulher, que assegure as conquistas das mas-

sas femininas e assegure a plena igualdade econômica, social e cultural entre os sexos; igualdade na sociedade conjugal, no poder parental (em relação aos filhos), fixação de domicílio, administração dos bens do casal e direito de herança; direito à maternidade e não maternidade, reconhecimento da maternidade como função social; direito à assistência integral à saúde da mulher; direito ao trabalho sem discriminação; que toda violência sobre a mulher seja considerada crime contra a pessoa humana; fim da exploração da imagem da mulher, respeitando-a sem preconceito e discriminação.

Como a questão da mulher é tratada em outros pontos da Constituinte, destacou-se a necessidade de debater todos eles, em particular quanto à questão da família e do

Em 25 anos a primeira greve na empresa Linhas Corrente

No dia 2 os 3.500 operários da multinacional Linhas Corrente, em São Paulo, paralisaram o trabalho, tendo como principal reivindicação a estabilidade no emprego. Foi montado um verdadeiro aparato repressivo, com a participação até da Polícia Federal. Depois de dois dias de greve - em que os patrões se negaram a dialogar - vários operários foram suspensos do trabalho, inclusive uma diretora do Sindicato dos Têxteis.

A multinacional inglesa Linhas Corrente está instalada há várias décadas no Brasil e se tornou bastante conhecida no episódio em que mandou matar o industrial Delmiro Gouveia, dono de uma fábrica de linhas de algodão em Alagoas, no início do século. Devido à intensa repressão na fábrica, há 25 anos que não havia um movimento grevista nas suas três fábricas nos bairros do Ipiranga, Moóca e Vila Ema.

Cida Diniz, diretora do Sindicato dos Têxteis, operária da fábrica do Ipiranga, conta que "o pessoal já estava descontente há muito tempo. Eles (os gerentes) estão demitindo muita gente, principalmente os mais velhos de casa para pegar outros com salário mais baixo". A direção da empresa sempre se negou a discutir este assunto com os trabalhadores. Nilton Otaviano dos Santos, presidente do Sindicato dos Têxteis explica que "a greve se deu pela intransigência dos patrões. Por duas vezes tentamos negociar, mas eles não quiseram".

ESTOURA A GREVE

Na quarta-feira, dia 2, todas as três fábricas pararam. Os diretores da empresa tentaram convencer os grevistas a voltarem ao trabalho, infrutiferamente. A partir daí foi armado um grande esquema repressivo. A Polícia Federal e a PM não permitiam que os diretores do sindicato ficassem a menos de 100 metros da porta de entrada da fábrica. Trouxeram até representantes do



Foto: Domingos Abreu

Durante dois dias os operários paralisaram o trabalho na Linhas Corrente do Ipiranga

Juizado de Menores, pois a Linhas Corrente emprega vários menores. Nilton Otaviano relata que "os policiais pegavam nos braços dos menores, dizendo: 'Vá trabalhar ou vamos te levar para o Juizado de Menores! Eles alegavam que o menor não podia fazer greve, mas nós respondíamos: 'E ser explorado pode?'".

Foi apresentada uma pauta com oito reivindicações, entre elas estabilidade no emprego para todos os trabalhadores durante um ano; aumento real de 25% para todos os trabalhadores; comissão de fábrica; adicional noturno de 50%.

As péssimas condições no trabalho contribuiu para o alastramento do movimento. "O calor é muito grande e não existe ventilação. Tem muito barulho e usamos protetor de ouvidos para abafar um pouco do ruído", reclama a operária Cida Diniz. Uma outra operária da fábrica da Moóca, que não quis se identificar, temendo represálias, declarou: "Nós somos

exageradamente exploradas. Nós da inspeção temos que verificar 54 mil agulhas por dia e a maioria delas sempre está estragada. Então, se não damos produção eles vêm em cima da gente. A repressão é tanta que nós temos medo de dizer que as agulhas não estão boas e depois perder o emprego".

INTRANSIGÊNCIA PATRONAL

Até o final da greve os patrões se mostraram intransigentes e não aceitaram nenhum tipo de negociação. Apesar de não terem alcançado as reivindicações almeçadas, os líderes grevistas acharam que a mobilização foi vitoriosa pelo fato de terem conseguido paralisar a fábrica depois de 25 anos. Cida Diniz comenta a esse respeito: "Essa greve conscientizou muita gente. Teve companheiro que surpreendeu a gente por sua participação".

Após a greve a empresa tenta



Foto: Domingos Abreu

Cida foi suspensa do trabalho

desmobilizar os trabalhadores dentro da fábrica. Vários grevistas foram suspensos, inclusive a diretora sindical Cida Diniz. No dia 8 ela recebeu um aviso da chefia dizendo que estava "afastada do serviço até segunda ordem, para apuração de seu envolvimento e participação na paralisação do trabalho ocorrido nesta empresa".

Balanco da paralisação dos metroviários

A greve dos metroviários de São Paulo teve grande repercussão na cidade e em todo o território nacional. Pela primeira vez em sua história, os funcionários do Metrô realizaram uma paralisação de três dias, significativo avanço no nível de organização e mobilização da categoria, que já conquistou merecido respeito no sindicalismo nacional.

Os metroviários pararam exigindo o pagamento de um abono conquistado em novembro que a empresa pagou mas resolveu descontar dos salários no fim do mês a pretexto do Plano de Estabilização da Economia. Mas os trabalhadores não saíram de cabeça baixa: "ganhamos mesmo sem abono, porque não deixamos passar em branco o calote da empresa. Por outro lado, do ponto de vista da organização, tivemos um grande avanço em relação à última greve: cerca de 500 grevistas se revezaram no comando, contra 150 do ano passado. E desta vez a greve durou três dias e não apenas um". A avaliação de Cláudio Spicciati Barbosa é compartilhada pelo conjunto da diretoria do Sindicato, pelo comando de greve e pela categoria.

Cheila Assunção, primeira tesoureira, afirmou que a participação das mulheres na mobilização cresceu muito. Subiu de 10% para 30% nos piquetes. E isso levando-se em conta que elas representam 25% da categoria. É um indicio de que a mobilização realmente cresceu - disse ela. "Os grevistas brincavam dizendo que desta vez tinha sido melhor por-



Foto: Yone Simidzu

Maurício: comando organizado

que a mulher participou. E isso é fato. As metroviárias têm exigido discussões sobre a discriminação da mulher no trabalho e na sociedade. Inclusive já aprovamos realizar o I Congresso da Mulher Metroviária brevemente".

Francisco Crespo, secretário-geral do Sindicato, destaca ainda o avanço organizativo da categoria: "os piquetes acabaram tendo mais um papel de fiscalização. Praticamente os piqueteiros só tiveram que atuar na administração. A estrutura da greve foi sempre discutida com o conjunto dos



Foto: Yone Simidzu

Wagner: preparar a campanha

trabalhadores. Havia um comando geral de greve, composto pela diretoria e representantes das áreas. Cada setor tinha seu comando subordinado ao geral; e ambos obedeciam às decisões das assembleias da categoria".

"Por outro lado, afirma Cláudio, sempre procuramos avaliar com os companheiros todos os movimentos que realizamos. Discutimos também o que reivindicamos e em que condições políticas isso ocorre. Desta vez, por exemplo, o pessoal já saiu preparado para a investida da empresa e da grande imprensa contra o movimento. Como prevíamos, o Metrô mandou buscar os funcionários em casa. Mas ninguém entrava..."

Resultado: nem a imprensa nem a empresa conseguiram desgastar a categoria frente à opinião pública. "Isto porque não deixamos de divulgar as razões da paralisação para os usuários" - declarou Maurício de Souza Pereira, membro do comando de greve. "Fizemos cartazes, cartas abertas etc". José Carlos de Souza e Silva, o "JC" confirma que de cada 10 telefonemas ao Sindicato, nove eram de apoio à greve, "o que nunca havia ocorrido antes, nem mesmo quando abrimos as catracas para os usuários".

O movimento também contou com o apoio da CGT e de diversos sindicatos a ela filiados.

A CGT respeitou a autonomia e a representatividade da direção da greve e atuou procurando abrir canais de negociação, dar assessoria jornalística e infra-estrutura

ao movimento. "Neste sentido destacamos a atuação do presidente da CGT de São Paulo e do Sindicato dos Aeroviários, Osvaldo Ribeiro, e de Jamil Murad, médico e secretário-geral da CGT em São Paulo" - salientou Cláudio.

"Também tivemos apoio de fato do deputado federal Aurélio Peres e de seu Partido, o PCdoB. Contamos ainda com apoio político de outros parlamentares e sindicalistas. Já a CUT, na Folha Bancária, procurou afirmar que nossa greve era contra o pacote. Vamos exigir retratação. Essa foi a opinião da imprensa burguesa. Se a greve fosse contra o pacote não saía" - declarou Wagner Gomes, do comando de greve. "Criticamos apenas o calote da empresa".

"A greve foi de início apenas econômica, pelo pagamento do abono. Ela só assumiu caráter político devido à posição rancorosa da direção do Metrô que tentou apresentar nosso movimento como se fosse contra o pacote do governo. E no último dia a categoria decidiu permanecer em greve para marcar posição contra a empresa, contra o governo de São Paulo e o Almir Pazzianotto, que não intercedeu a nosso favor quando tinha tudo para isso.

Só recebemos apoio nesse nível da Alda Marco Antônio, secretário do Trabalho de São Paulo, que se pronunciou a nosso favor. O governo apoiou o calote da empresa", afirmou Francisco Crespo.

Agora os metroviários têm pela frente a campanha salarial de maio. A experiência da greve vai contribuir na sua condução. A categoria sabe que terá grandes dificuldades a enfrentar: precisa reforçar o apoio de outras categorias, conquistar maior apoio parlamentar, ampliar o apoio da população, colocando-a a par de todos os passos da campanha.

Além disso, preocupa-se em neutralizar a campanha negativa da grande imprensa e de todas as forças que querem quebrar a espinha dorsal da direção do Sindicato e da categoria. O trabalho é grande. Mas, como afirma Wagner, "temos boas perspectivas, vamos avançar na luta".

Fiesp apresenta proposta ridícula aos metalúrgicos

Aproveitando-se da desmobilização da base metalúrgica do ABC e do interior paulista, os empresários apresentaram na semana passada uma contraproposta ridícula de acordo salarial. Ela prevê um aumento de 2% a título de produtividade, redução da jornada de trabalho para 44 horas semanais num prazo de dois anos, e piso salarial variável entre Cz\$ 1.224 a Cz\$ 2.160. Cnicamente, o presidente da Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo), Luís Eulálio de Bueno Vidigal, ainda considerou "a proposta de 2% de aumento bastante elevada".

Entre os 40 Sindicatos de Metalúrgicos envolvidos nesta campanha salarial, que engloba mais de 600 mil operários, as reações à proposta patronal tem sido as mais diversas. Os sindicatos de Taubaté e São Caetano do Sul, após realizarem minguas de assembleias, decidiram assinar o acordo e encerrar a luta salarial. Já os 34 sindicatos comandados pela Federação dos Metalúrgicos realizarão assembleias de suas bases neste final de semana, sendo que o comando da campanha rejeitou a proposta. Na avaliação da Federação, o aumento de 2% é bastante inferior às necessidades dos trabalhadores.

Já em São Bernardo do

Campo - área de maior concentração metalúrgica e de grande tradição de luta -, os operários decidiram em assembleia no final da semana passada não assinar o acordo salarial com as empresas e nem recorrer à Justiça com pedido de instauração do dissídio coletivo. Segundo foi decidido na assembleia, a categoria tentará conquistar reajustes maiores através das lutas isoladas por fábricas.

LUTA CONGELADA

A campanha salarial deste ano apresentou um baixo nível de mobilização dos metalúrgicos e não havia clima nas fábricas para decretação de uma greve geral contra a humilhante proposta dos empresários. Em São Bernardo, por exemplo, as assembleias foram pouco representativas e nas empresas o desinteresse pelos discursos dos dirigentes cutistas era total.

Vários fatores contribuíram para isso. Um deles foi o pacote econômico do governo Sarney, particularmente o item do congelamento dos preços, que gerou otimismo entre os trabalhadores. Além disso, no caso do ABC, ainda houve o problema dos reflexos negativos da greve "vaca-brava" no ano passado, que durou 54 dias e não apresentou ganhos reais.

Servidores vão à greve por seus direitos em GO

Servidores públicos de 13 órgãos e secretarias estaduais realizaram dia 8 uma greve de 24 horas para advertir o governo goiano sobre o atendimento de suas reivindicações, alertando que poderão parar por tempo indeterminado caso não sejam atendidos em seus direitos.

Eles exigem reposição salarial em níveis variáveis; implementação do quadro de carreira e piso salarial. O governador Onofrequinam, porém, mostrou-se insensível ao movimento e afirmou que não tem condições de atender as reivindicações dos trabalhadores. No ponto específico sobre o plano de carreira chegou a adotar uma atitude provocativa, transferindo a responsabilidade

por sua aprovação ao seu sucessor, ou seja, para depois de março de 1987.

Esta primeira paralisação foi considerada altamente positiva pelos presidentes das associações de servidores. Serviu para motivá-los a continuar o processo de mobilização por melhorias das condições de trabalho e de vida.

PELA EQUIPARAÇÃO

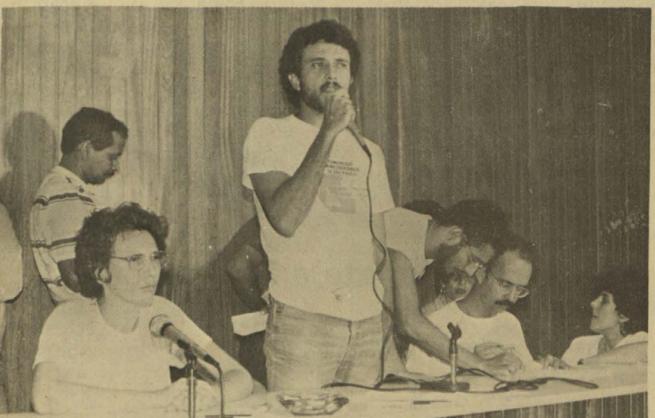
Já os servidores do Ipasgo estão em greve desde o dia 17 de março, exigindo igualdade de tratamento salarial com os servidores da Osego e Detran. No próximo dia 14 eles realizarão uma assembleia geral para avaliar o movimento e decidir sobre sua continuidade ou não. (da sucursal)

80 famílias despejadas pelo latifúndio paulista

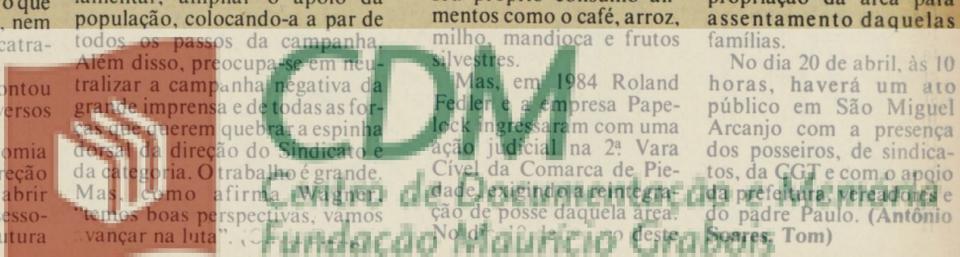
Cerca de 80 famílias de posseiros da Fazenda Fartura, localizada nos municípios de Tapiraí e São Miguel Arcanjo, no Estado de São Paulo foram despejadas no mês passado, perdendo instrumentos de trabalho, mantimentos e moradia. Hoje estas famílias estão abrigadas no asilo de São Miguel Arcanjo, passando necessidades.

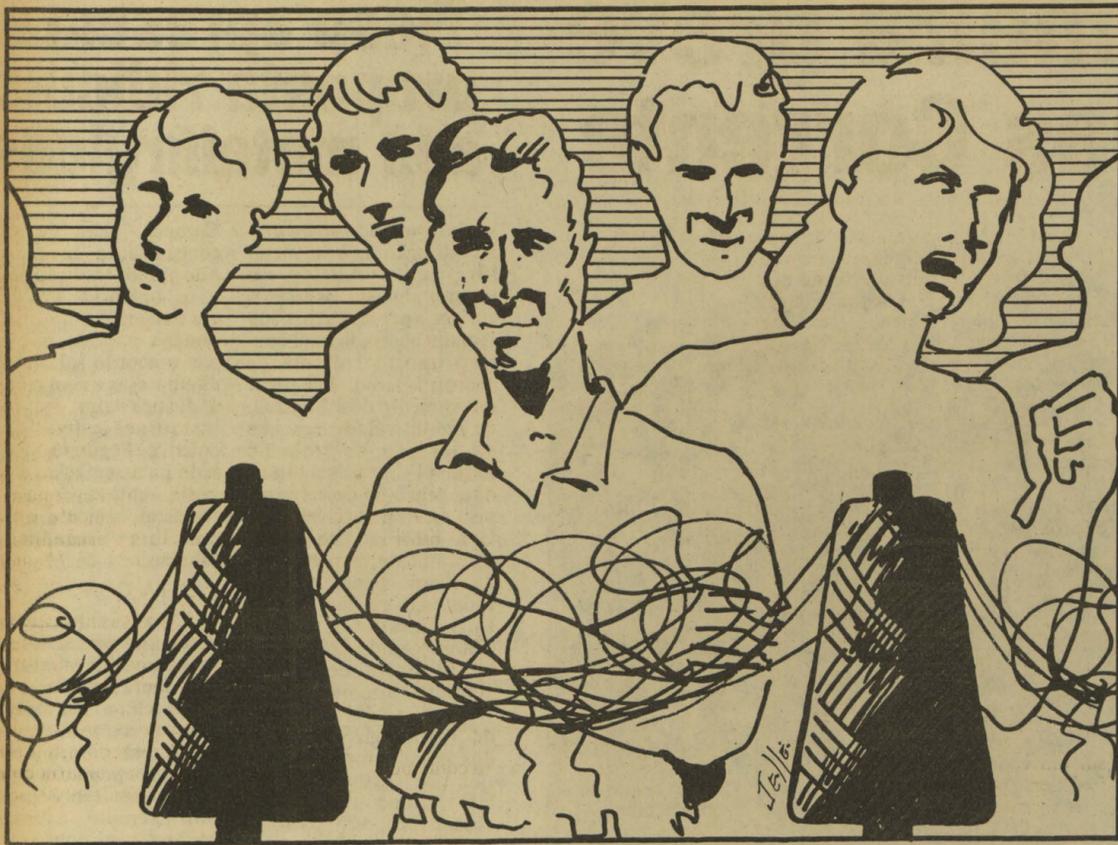
Estas terras de 550 alqueires da Fazenda Fartura estão com o direito de posse dos seus proprietários em litígio. Em 1973 Benedito Floriano da Rosa apossou-se desta área, que segundo o Tribunal de Justiça seria de propriedade do Estado. Em 1983 este senhor ofereceu a dezenas de famílias pobres parte daquela área para que produzissem alimentos de subsistência. Esses trabalhadores lá se instalaram e passaram a plantar para seu próprio consumo alimentos como o café, arroz, milho, mandioca e frutos silvestres.

Mas, em 1984 Roland Fedler e a empresa Papeck ingressaram com uma ação judicial na 2ª Vara Cível da Comarca de Piedade, exigindo a reintegração de posse daquela área. No dia 20 de abril, às 10 horas, haverá um ato público em São Miguel Arcanjo com a presença dos posseiros, de sindicatos, da CGT e com o apoio da prefeitura municipal e do padre Paulo. (Antônio Soares, Tom)



Cláudio e Cheila do sindicato: a categoria não baixou a cabeça





Operários da Cata Nordeste mostram garra e organização

No dia 1º deste mês a greve pacífica dos operários da Cata Nordeste S/A por 25% do IPCA previsto para março, melhoria da alimentação, transporte e serviço médico, redução da jornada de trabalho de 48 para 40 horas semanais e pela aplicação do Plano de Cargos e Salários sofreu intervenção da PM de Camaçari. A mando dos patrões e sem qualquer motivo, os policiais rasgaram a lona que os manifestantes usavam para se abrigar da chuva.

Os operários da Cata repudiam essa atitude violenta da polícia, cujo papel constitucional é o de preservar a ordem e não provocar desordem.

A greve teve início no dia 11 de março e conta com adesão de 90% dos operários da produção. Mesmo assim, os patrões continuam teimando em não negociar as reivindicações levantadas. Paralelo a essa intransigência absurda, numa postura irresponsável os patrões vêm obrigando cerca de 20 operários do setor de extrusão a realizarem uma jornada sub-humana de 12 horas. E contrataram outros operários através das "gatas" (empreiteiras) Presley e Guararapes, sem nenhum treinamento para operarem as máquinas. Devido a essa posição irresponsável, dois companheiros contratados se aciden-

taram com queimaduras ao iniciarem o trabalho.

Preocupada em evitar outros acidentes, a diretoria do Sindicato dos Têxteis solicitou a intervenção da Delegacia Regional do Trabalho. Na fiscalização realizada no dia 4 de abril a DRT lavrou 20 autos de infração quanto à segurança no trabalho além de constatar que os patrões mantêm parte de produção da fábrica às custas das dobras dos operários, efetivos e contratados.

Agora os operários estão na expectativa de três acontecimentos: 1 - que a fábrica seja interditada pela DRT, caso haja reincidência de transgressão da lei pelos

patrões; 2 - que o ministro do Trabalho interceda no sentido de abrir as negociações; 3 - no caso de não haver acordo, os operários confiam que o TRT considere a justiça e procedência de suas reivindicações, inclusive levando em conta as irregularidades constatadas na fábrica durante a fiscalização da DRT.

As entidades sindicais de Salvador, as Câmaras de Salvador e Camaçari, a Assembléia Legislativa, o PT e o PC do B estão apoiando a greve dos trabalhadores da Cata.

(Maria Elizete de Souza, diretora do Sinditêxtil, Bahia)



fala o POVO

A greve dos operários da Cata Nordeste, em Camaçari, Bahia, está pondo a nu a violência e a exploração do patronato. Dois trabalhadores contratados por empreiteiras para ocupar as funções dos grevistas foram feridos por falta de condições adequadas de trabalhos e também por sua falta de experiência no serviço.

Apesar da contratação de operários e da repressão, os trabalhadores da Cata mostram, por sua vez, grande garra e disposição de luta: 90% da produção continua paralisada.

Mais uma batalha de classes em que a arma dos proletariado é sua capacidade de organização e luta. O sindicato da categoria tem desempenhado importante papel neste sentido. (Olivia Rangel)

Resultados do campeonato de vôlei da UJS

Terminou no dia 6 de abril o campeonato de vôlei que a União da Juventude Socialista promoveu em Santo Amaro. As finais foram disputadas pelos times Paulista e PMG na modalidade masculina e Paulista e Aceite na feminina, tendo a Paulista como vencedora de ambas modalidades.

Os troféus e medalhas foram entregues pelo juiz Silvio José Ramos e pelo coordenador de Esporte da UJS de Santo Amaro, Edvaldo Ferreira Araujo. Cabe aqui citar a realização do I Encontro da UJS de Santo

Amaro promovido no dia 23 de março de 1986 na sub-sede do Sindicato dos Metalúrgicos no bairro. O evento contou com a participação de jovens filiados a UJS onde foram levantadas várias propostas que a UJS poderá desenvolver em cultura, esporte, educação e trabalho.

A UJS tem conquistado a simpatia e a aceitação cada vez maior entre os jovens, resistindo às diversas reações ao seu fortalecimento e crescimento.

(Tânia Slonschi - UJS Santo Amaro - São Paulo)

Sunab precisa ser mais ágil no atendimento

As entidades abaixo-relacionadas vêm a público externar seu mais veemente repúdio contra o péssimo atendimento telefônico que a Sunab vem oferecendo ao povo no que se refere ao recebimento de reclamações.

Os bares e mercearias retiraram seus produtos das prateleiras. Certos supermercados tratam com desrespeito os consumidores que exigem nota fiscal e troco.

Também protestamos contra a falta de segurança que os vigilantes noturnos municipais trabalham, bem como contra a falta de carne que se

generaliza. Denunciamos o desinteresse da Codesaima com relação à proliferação dos postos de venda da referida estatal para venda de produtos de primeira necessidade. E o péssimo serviço que a empresa Taguatur vem oferecendo à população boavistense. (Associação dos Garimpeiros de Roraima; Federação Roraimense de Teatro Amador; Associação dos Correios; Centro Cívico "Ana Libéria"; Clube de Mães de Mecejana; Associação dos Moradores dos Burtis; Carlos Libório, coordenador geral - Boa Vista, Roraima)

Família grileira causa terror em Wanderlândia

Wanderlândia volta novamente a ser palco do arbítrio, da violência e da prepotência da família Pereira Bilio, que nos últimos anos tem sido os principais protagonistas das cenas de selvageria, vícios e lesões aos patrimônios da sociedade, assistidos pacificamente pela atemorizada população do município.

Seguindo o exemplo do pai, senhor José Pereira Bilio, Prefeito Municipal de Wanderlândia, homem sem qualquer compromisso com a moral e com a honestidade, sempre embriagado, provocando e ameaçando a todos quanto ousam falar contra suas práticas nocivas à comunidade ou contra o "Estado ditador", implantado por ele no município, lesivo ao patrimônio, à liberdade e à segurança do povo wanderlandense. Tenório Alves Bilio, um marginal perigoso, filho do senhor prefeito, desferiu contra os senhores Fabion Gomes de Oliveira, Paulo Guimarães e Djalma Barbosa da Costa, seis tiros, com um revólver Magnum calibre 38, neste último dia 8 de março.

Na última reunião ordinária da Câmara Municipal, esta rejeitou os balancetes enviados pelo CCM, para serem avaliados, assim aprovados ou rejeitados pelos vereadores. Diante das inverdades descaradas eles não puderam aprová-los. Segundo estes balancetes o senhor prefeito construiu e já reformou um prédio para a Câmara, construiu um aeroporto e 50 km de estrada pavimentada, obras fantasma cuja localização o senhor José Bilio e família conhecem. E construídas somente no papel para esconder do Conselho de Contas dos Municípios o verdadeiro fim das verbas públicas. A verdade é que



após a sua posse o senhor Bilio se tornou um "homem" rico, construiu casas boas, comprou fazendas, bois e carros caros, além de uma vida cheia de regalias, com o suor do povo, enfim o prefeito cresceu muito, a cidade porém permaneceu a mesma, em certos aspectos até regrediu.

No dia do crime, Tenório saiu para se embriagar em dos bares da cidade, onde encontrou o jovem Fabion, funcionário da Coletoria Estadual, e mesmo que este não lhe fosse simpático sentou-se em sua mesa e pediu cervejas e mais cervejas, quando o senhor Fabion já tarde o chamou para pagarem a conta, para que pudessem ir embora, Tenório já bastante embriagado, disse: "Vou pagar mais é com seis tiros em sua cara", dizendo e sacando o revólver para atirar, quando foi seguro pelo proprietário do Pit-Dog, Paulo Guimarães,

e outro freguês. Aproveitando-se disto, Fabion virou as costas, para sair dali. Paulo e o companheiro, não conseguiram segurar Tenório. O criminoso puxou o gatilho cinco vezes, o primeiro tiro atingiu a boca do jovem comerciante, que caiu, e os tiros desferidos contra Fabion não puderam atingir o alvo, pois este já se encontrava atrás de um carro. Insatisfeito com o homem caído à beira da morte, e disposto a matar mais gente, o filho do prefeito desceu a rua até outro bar, "para se vingar por não haver aprovado os balancetes, que seu pai fizera", de Djalma Barbosa da Costa, presidente da Câmara Municipal de Wanderlândia, o chamou e atirou, sem alcançar seu objetivo. Ainda alcançou o gatilho da arma algumas vezes, porém já não havia mais balas. Como se nada tivesse acontecido Tenório entrou na D-10 da

Prefeitura e sumiu do local do crime.

As autoridades até o momento nada fizeram para punir o criminoso, que continua andando livremente pelas ruas de Wanderlândia, pronto a novamente a atender contra outras pessoas, que talvez não tenham a mesma sorte que o presidente da Câmara e o funcionário da Coletoria. O senhor Paulo continua hospitalizado, lutando entre a vida e a morte.

Foram feitas várias denúncias contra o senhor prefeito, contra ele correm na justiça vários processos, sem contudo haver qualquer punição a ele, ou a qualquer dos seus. Onde está a Justiça, onde estão os juizes, os delegados e as autoridades competentes que não vêem estas coisas?

(Leitor da Tribuna Operária/Wanderlândia-Goiás)

Trabalhadores do Hospital Matarazzo prosseguem movimento

A direção do Hospital Matarazzo está fazendo tudo para fechar o mesmo. Tenta de todas as formas dividir os trabalhadores, fazê-los brigar entre si para esmorecer sua luta.

Mas, na assembléia geral do dia 8 de abril Juracir, da Comissão de Funcionários, alertou a categoria sobre a necessidade de todos se manterem unidos, procurando resolver fraternalmente os problemas que surgem entre si. É normal surgirem divergências e atritos, pois o acampamento da resistência contra o fechamento do hospital e em defesa dos salários e direitos dos funcionários já dura mais de um mês. A falta de perspectivas de solução imediata, a indefinição sobre os salários e parte do 13º, e a lentidão

com que é tratado o problema pelo Inamps e o Governo do Estado, no interesse da família Matarazzo, querem matar pelo cansaço. Mas os trabalhadores não esmorecerão, pois todos os seus direitos sempre foram conquistados na luta.

O representante do PC do B que foi levar o apoio chamou todos à união nesta importante luta que será vitoriosa, favorecendo os funcionários e o povo. E falou da necessidade de eleger candidatos à Constituinte ligados ao povo e que defendem na nova constituição o direito à saúde para todos a estatização dos hospitais. Afinal, não é admissível que pessoas e grupos enriqueçam com a doença do povo. (Divo Guisoni - S. Paulo)

Só diplomado pode exercer profissão de jornalista?

Sou jornalista há 13 anos e por circunstâncias econômicas nunca pude fazer um curso de jornalismo. Por causa desse imperdoável pecado - falta de dinheiro - a burguesia e especialmente o regime militar entendeu que não posso ser jornalista profissional, embora eu só saiba esse ofício e dele tire os recursos para sustentar a mim e minha família.

Assim como eu, a maioria dos jornalistas em Presidente Prudente, onde moro, também não tem diploma. Dos cerca de 40 profissionais de fato na cidade apenas 4 são diplomados. Nem por isso deixam de circular três diários, a Globo deixa de funcionar, ou qualquer das quatro emissoras de rádio AM e duas FM está muda.

Nós, os não-diplomados, sem prerrogativas locais, sujeitos a discriminação legal, profissional e, inclusive em alguns casos, sindical, e sujeitos ainda à sanha dos patrões como todos trabalhadores, estamos cumprindo o

papel de informar. Só não informamos mais e melhor porque, como todo profissional de imprensa sabe ou deveria saber a imprensa tem a opinião do dono da empresa. Por isso, vi com muitos bons olhos assim como todos os marginalizados da imprensa desta cidade, a proposta de eliminação da exigência do diploma de jornalista para exercício regular e digno da profissão. Estamos num país onde a escola inexistente e onde o ensino é um produto caro; restringir o exercício da profissão é aviltá-la.

Mas não estamos parados. Estamos iniciando um movimento em apoio à idéia da eliminação do diploma. Contamos, para isso com apoio de todos os companheiros de profissão diplomados ou não, do apoio de todos os que defendem os trabalhadores e nesse sentido esperamos contar com o apoio da Tribuna Operária.

(Ricardo Garcia, Presidente Prudente - SP)

Pesquisa, debate e informação
CDM
Princípios
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

O trem musical de Alceu Valença

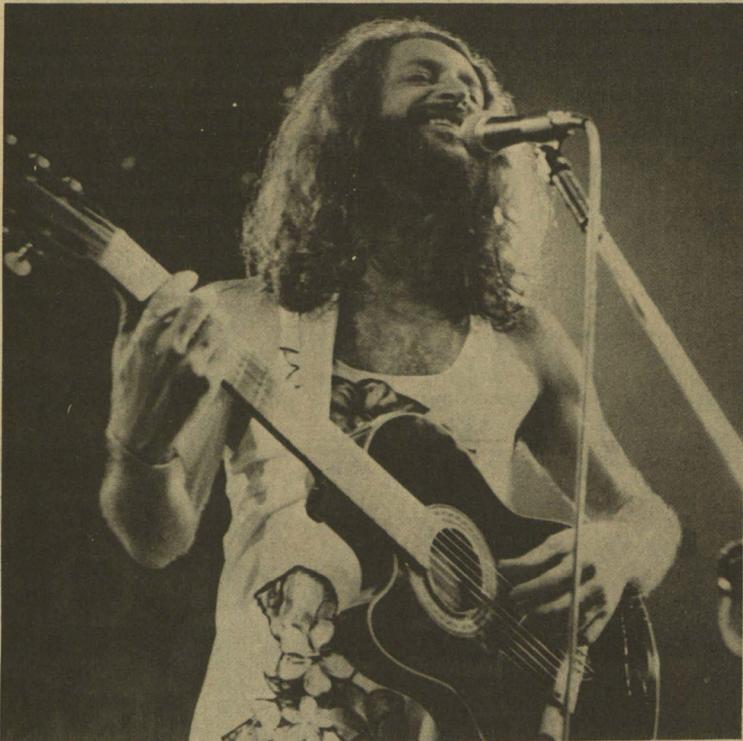


Foto: Edu Cruz

Alceu, em meio ao trabalho artístico, está de olho na Constituinte

Alceu Valença, que veio de São Bento do Una, e acabou desembarcando em Recife, é um dos mais completos artistas brasileiros em palco. Faz agora o seu show "Estação da Luz", nome também de seu mais recente disco. O forte de Alceu é a reinvenção dos ritmos e temas nordestinos, a diluição de toda a influência do kitsch.

Alceu é um maquinista de um grande trem musical desde seu início de carreira (não o tempo de Recife dos Silver Jets ou do Tamarineira Village) já que nenhuma marca é tão forte como o "Danado pra Catende", inspiração do poeta maior Ascenso Ferreira.

Agora é a vez de conduzir seu trem/show "Estação da Luz" - "algo mais supersônico". Tem os sons do Maracatu de Dona Santa, das cirandas, da cultura negra que, como figura de proa, tem Jackson do Pandeiro. "Eu observo e essas coisas passam a fazer parte do meu trabalho".

Renato Sérgio chamou-o de mamulengo-eletrônico. Seria Alceu um moderno? Ele mesmo responde: "Moderno? Pra mim é a reinvenção carinhosa do antigo". A sua música, além do lirismo, da alegria de Olinda, da repescagem das raízes, também possui um conteúdo político assimilado facilmente pela juventude. Em declarações recentes, explicava: "As pessoas mais velhas me adoram, além dos jovens. O pessoal da meia-idade, da

Idade Média, é que não se emociona. Fica querendo um samba-canção cafonso ou um Ray Conniff".

Alceu Valença acha que, mais do que nunca, chegou a hora de se dar "um crédito à MPB", pois ela o tem junto à população, e não se pode deixar essa força na inércia. "A MPB teve papel importante, verdadeiramente fundamental nos momentos históricos de nosso país. Nós resistimos de todas as formas à ditadura. Não fomos nós que fizemos a campanha das diretas, mas fomos a 'isca' para a massa vir à praça". Exemplifica com a música "Coração de Estudante", que transformou-se em "uma fotografia daquele momento".

PODER ECONÔMICO

Uma de suas preocupações no momento é como usar essa força na eleição da Assembléia Nacional Constituinte. "Eu procurei pessoas para ver como poderíamos dar nossa contribuição. Procurei pessoas a quem admiro. Discuti muito. Tentando viabilizar a idéia de contribuir com a Constituinte, chegamos ao impasse, um impasse de

uma campanha de Cz\$ 15 milhões!" Alceu concluiu que os próprios artistas deveriam também se candidatar nas próximas eleições.

"Nós artistas nos elegeríamos sem gastar esses milhões de cruzados. Afirmando que não me interessava e nem me interessa ser político e eu sabia e sei que sozinho não terei forças. Então, porque não unir forças, procurar os que podem ser eleitos?", questiona o cantor. "Tudo isso é urgente, porque o 15 de maio é o limite para a definição de domicílio eleitoral e filiação. Que os artistas se filiem nos partidos que venham de encontro às suas ideologias, mas que façam uma frente contra o poder econômico. Eu, de minha parte, se for candidato, com o quadro político que se apresenta em Pernambuco, estarei na mesma legenda de Miguel Arraes".

Alceu faz questão de explicar que a frente de artistas que propõe é viável, assim como foi viável a eleição de Tancredo Neves: "O que nos une é o interesse de nossa classe e toda a frente pressupõe diversas ideologias. Precisamos de uma frente supra-partidária que, evidentemente, não contaria com o PDS, que contém o que existe de pior no Brasil".

(Edu Cruz)

Um congresso operário histórico

Entre os dias 15 e 20 de abril, por iniciativa da Federação Operária Regional do Rio de Janeiro, realizou-se o I Congresso Operário do Brasil. Isso em 1906. Passados 80 anos do fato, nota-se que muita coisa mudou no sindicalismo brasileiro. Mas que muito do que foi discutido pelos pioneiros do movimento operário em nosso país mantém atualidade.

Participaram do I Congresso operário 43 delegados de 28 sindicatos. Outras 15 entidades aderiram às suas deliberações e um delegado aos trabalhos, representando o Círculo Socialista dos Obreiros de Caxias, adoeceu a caminho do encontro. Discutiram a situação dos trabalhadores no período e, principalmente, a necessidade dos operários se organizarem. A principal decisão do congresso foi a fundação da Confederação Operária Brasileira - COB - que passaria a atuar a partir de 1908.

As condições de existência dos proletários brasileiros no início do século eram deploráveis. Trabalhavam 13, 14 e até 15 horas por dia (com a instalação de luz elétrica nas fábricas, a jornada se estendia a 17 horas diárias!), não tendo direito ao descanso semanal remunerado aos domingos, nem o direito às férias anuais. Moravam em bairros afastados, sem iluminação

pública, nem água, esgoto ou pavimentação nas ruas. Ainda eram sujeitos a roubos e atrasos constantes no pagamento, perpetrados pela burguesia.

As greves espocavam nas várias cidades operárias, principalmente no Rio de Janeiro. Mas as debilidades organizativas eram enormes. Para enfrentar o problema foi convocado o Congresso Operário do Brasil visando a Confederação Operária Brasileira (COB). O anarco-sindicalismo era a concepção predominante entre os congressistas, para quem o sindicato era "meio e fim da ação libertária e a greve geral revolucionária" era "a arma decisiva, espécie de erupção vulcânica, capaz, por si só, de trazer à tona um novo mundo", conforme a definição de Antônio Mendes Júnior e Ricardo Maranhã no livro República Velha.

A COB, fundada em 1906, tinha por fim: "a) Promover a união dos trabalhadores assalariados para a defesa dos seus interesses morais e materiais, econômicos e profissionais; b) Estreitar os laços de solidariedade entre o proletariado organizado, dando mais força e coesão aos seus esforços e reivindicações, tanto moral como material; c) Estudar e propagar os meios de emancipação do proletariado e defender em público as reivindicações econômicas dos trabalhadores, servindo-se para isso de todos os meios de propaganda conhecidos, nomeadamente de um jornal que se intitulará A Voz do Trabalhador (do jornal circularam mais de 70 números, entre 1908-1909 e 1913-1915); d) Reunir e publicar dados estatísticos e informações exatas sobre o movimento operário e as condições do trabalho em todo o país".

De imediato foi decidida a realização de campanha pela jornada de 8 horas de trabalho - o congresso inclusive chamou a atenção para as comemorações do 1º de Maio, que não deveriam ser uma "festa de trabalho",



Participantes do Congresso Operário do Brasil, realizado em 1906 no Rio de Janeiro

mas sim um protesto de oprimidos e explorados", salientando que "a origem histórica do 1º de Maio, que nasceu da reivindicação, pela ação direta, das oito horas de trabalho, na América do Norte, e do sacrifício das vítimas inocentes de Chicago, impede que essa data seja mistificada pelas festas favorecidas por interessados na resignação e imobilidade do proletariado".

CONTRA O MILITARISMO

Os sindicalistas decidiram "incitar o proletariado à propaganda e ao protesto contra a guerra, assim como o militarismo e contra a intervenção da força armada nas contendas entre assalariados e patrões".

Os métodos de luta de 1906 são ainda hoje usados: "o Congresso aconselha como meio de ação das sociedades de resistência ou sindicatos todos aqueles que dependem do exercício direto e imediato da sua atividade, tais como a greve geral ou parcial, a boicotagem, a sabotagem, o label, as manifestações públicas etc., variáveis segundo as circunstâncias de lugar e de momento".

Embora a ação sindical dos primórdios do século no Brasil resvalasse para o reformismo ou para o economicismo (os congressistas chegaram a afirmar que "a única base sólida de acordo e de ação são os interesses econômicos comuns a toda a classe operária", descartando portanto os interesses políti-

cos e sociais), foi uma fase necessária para o amadurecimento dos proletários brasileiros e sedimentou seus posteriores avanços. O I Congresso operário, e a COB nele fundada, são marcos da história de nossa gente.

(Carlos Pompe)



O órgão da Confederação Operária

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318.
Telefone: 36-7531 (DDD 011)
Telefax: 0113133 TLOBR
Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira
Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olivia Rangeli
ACRE - Rio Branco: Edifício Felício Abrahão 2º andar sala 32 - CEP 69900.
ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luis Pereira Lima, 237, sobreloja. CEP 57000. Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.
AMAZONAS - Manaus: Rua Simom Bolívar, 231, (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-6644 - CEP 69000.
BAHIA - Camaçari: Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. Feira de Santana: Av. Senhor dos Passos, nº 1399 - 2º andar - sala 1415 - CEP 44100.
Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45000. Itapetinga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro. Juazeiro: Rua América Alves, 6-A - CEP 44060. Paratinga: Rua Pereira Moacir, 96 - CEP 47500. Salvador: Rua Conselheiro Junqueira Ayres, 41 - Barris - CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimes) - CEP 43700.
DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302.
CEARA - Fortaleza: Rua Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. Iguatu: Rua Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 63500.
Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.
ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro do Itaipemirim: Praça Gerônimo

Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: Rua Duque de Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000.
GOIÁS - Goiânia: Rua 3, nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000. Anápolis: Rua 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100.
MARANHÃO - São Luís: Rua do Egito, 76 - Centro - CEP 65000.
MATO GROSSO - Curitiba: Rua Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5092 - CEP 78000.
MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: Rua Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100.
MINAS GERAIS - Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000.
PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000.
PARAÍBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100.
PARANÁ - Curitiba: Rua Comendador Fontana, 88, Fone: 253-7902 - CEP 80000. Londrina: Rua Serapijé, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100.
PIAUI - Teresina: Rua Barroso, 144-N, 1º andar, sala 4 - CEP 64000.
PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigarino Batista, 236 - CEP 54500. Garanhuns: Rua Damas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua do Sossogo, 221, Boa Vista - CEP 50000.
RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Deodoro, 776 - Cidade Alta - R.N. CEP 59000.
RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: Rua dos Andradas, 1204, 3º andar, sala 3 - CEP 90000. Bento Gonçalves: Rua Dr. Casagrande, 58 - CEP 95700. Canoas: Rua Tiradentes, 130 045 - CEP 92010. Caxias do Sul: Rua Bento Gonçalves, 2048 - CEP 95100.

Pelotas: Rua Andrada Neves 1589, sala 403 - CEP 96100. Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20 aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. Santa Maria: Rua Dr. Borzari, 147, sala 410 - Centro - CEP 97100. Rio Grande: Rua Gen. Vitorino, 746-A - CEP 96200. Itaí: Rua 15 de Novembro, Edifício Nelson Luchese, s. 23, 2º andar.
RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: Rua Evaristo da Veiga, 16, sala 504 - CEP 20000. Niterói: Av. Amarel Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Travessa Renato Pedrosa, 33, sala 319 - CEP 26000.
SANTA CATARINA - Florianópolis: Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000.
SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Campinas: Rua Senador Saravia, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: Rua Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Osasco: Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. Taubaté: Rua Anísio Otiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: Rua Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200.
SERGIPE - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Oviêdo Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.



Faça cinco assinaturas da Tribuna Operária e ganhe uma de brinde. Contate-nos para o fortalecimento da imprensa operária.

Sim, eu quero receber a Tribuna Operária. Envio junto com este cupom um cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., pela seguinte opção de assinatura:

Anual (52 edições) Cz\$ 260,00
Anual popular (52 edições) Cz\$ 130,00
Semestral (26 edições) Cz\$ 130,00
Semestral popular (26 edições) Cz\$ 65,00
Trimestral (13 edições) Cz\$ 33,00
Anual para o exterior (dólares) US\$ 70

Nome:
Endereço:
Bairro:
Cidade: CEP:
Estado:
Profissão:
Data:

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Bancários resistem às demissões

Nos últimos dias aumentou a mobilização da categoria bancária contra a onda de demissões em massa no setor, que já atingiu mais de 10 mil trabalhadores. Em várias cidades, principalmente na capital paulista, ocorreram manifestações públicas e greves isoladas por bancos. No próximo dia 12, em Brasília, os dirigentes sindicais bancários de todo o país se reúnem para discutir formas de luta unitária contra o desemprego.

"O clima no banco é de terror. Ninguém sabe se no dia seguinte estará empregado ou no olho da rua". A declaração é de uma funcionária que trabalha há oito anos no Banco Meridional, na capital paulista. Ela reflete a situação de tensão da maioria dos bancários, fustigados diariamente pelas dispensas e por uma grande onda de boatos e ameaças.

Em São Paulo, maior centro financeiro do país, já foram demitidos mais de 4 mil trabalhadores, segundo levantamento parcial do Sindicato dos Bancários. O Banco Real foi o que mais dispensou - cerca de 1.500 dos seus 5 mil empregados. Já o Meridional fechou oito agências e num documento enviado ao Banco Central, o presidente do estabelecimento, Luis Octávio Vieira, informa que serão fechadas 56 agências em todo o país, o que acarretará o corte de 1.870 funcionários.

Há informações seguras de que o Bradesco distribuiu uma longa lista de demissões para as suas filiais. O Noroeste também dispensou muitos trabalhadores e circula uma ameaça de que o banco objetiva fechar suas agências, reduzindo em 30% o quadro de funcionários. O Mercantil Finasa demitiu 70

empregados e existe uma lista no Departamento Pessoal prevendo mais 700 dispensas.

Os mais atingidos até agora pelo fecho têm sido o ex-funcionários do Auxiliar e Comind, que na época da liquidação judicial dos dois bancos, no ano passado, foram transferidos para outros estabelecimentos. Este grupo de uns 3 mil bancários, pejorativamente chamado de "massa falida", é a principal vítima da onda de desemprego. Também têm sido demitidos, indiscriminadamente, mulheres grávidas, jovens alistados no serviço militar e funcionários com mais de 20 anos de casa.

Nos outros Estados as demissões igualmente se avolumam. Em Pernambuco foram demitidos 300 bancários e outros 400 estão com aviso prévio (há no Estado cerca de 30 mil bancários). Em Belo Horizonte foram feitas 391 homologações no Sindicato no mês de março - além das demissões computadas por fora da entidade sindical. Segundo o Sindicato, em todo o Estado as dispensas já ultrapassaram a casa dos mil funcionários. Em Porto Alegre ocorreram 432 dispensas - recorde nos últimos cinco anos - e há previsões de aumento dos cortes, levando em conta as ameaças do Meri-

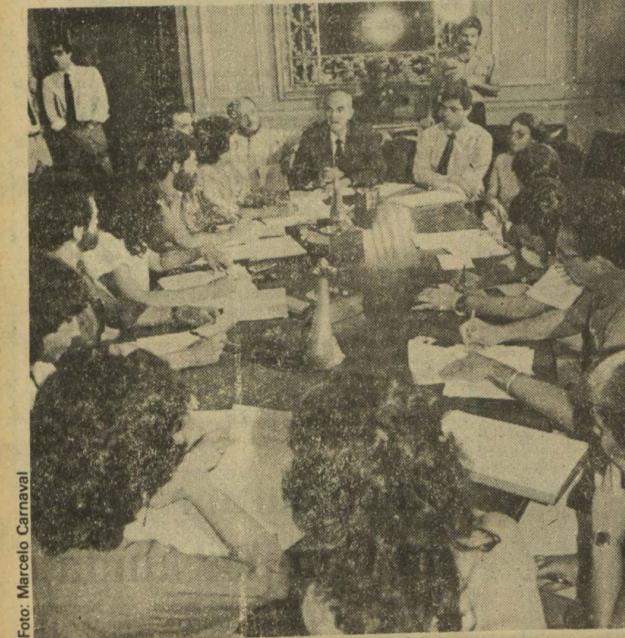
ECONOMICO



Greve dos bancários paulistas limitou demissões no Econômico

Foto: Marcelo Carnaval

Temendo os grevistas, Brizola mandou Saturnino representá-lo



No Banco Real, que mais demitiu, ocorreram várias greves. Já no Meridional, 20 agências pararam

dional, que tem sua principal base de atuação no Estado.

Contraditoriamente, ao mesmo tempo que os bancos demitem em massa, aumentam a jornada de trabalho e número de horas-extras. São constantes as denúncias de trabalho gratuito obrigatório, sob pressão das chefias. Mesmo o novo horário de trabalho, fixado pelo governo, gerou aumento de serviço, com os bancários acumulando todo o serviço num único turno.

Banqueiros demitem aos poucos para evitar uma greve geral da categoria

Os poderosos banqueiros não escondem a intenção de reduzir seus gastos através do corte de funcionários. Eles alegam que o programa de estabilização econômica do governo Sarney, que limitou a especulação financeira, reduziu seus lucros e exige uma readequação do sistema bancário. Só que os bancos procuram realizar seu plano de forma homeopática, demitindo poucos de cada vez, para neutralizar a mobilização da combativa categoria - que em setembro passado realizou uma histórica greve geral. Conforme explicou o presidente da Federação Brasileira de Associações de Bancos (Febraban), Antônio de Pádua Rocha Diniz, "o processo de enxugamento do sistema bancário deve se dar de maneira vagorosa, não traumática" - evitando as greves, logicamente.

Mas a tática dos banqueiros

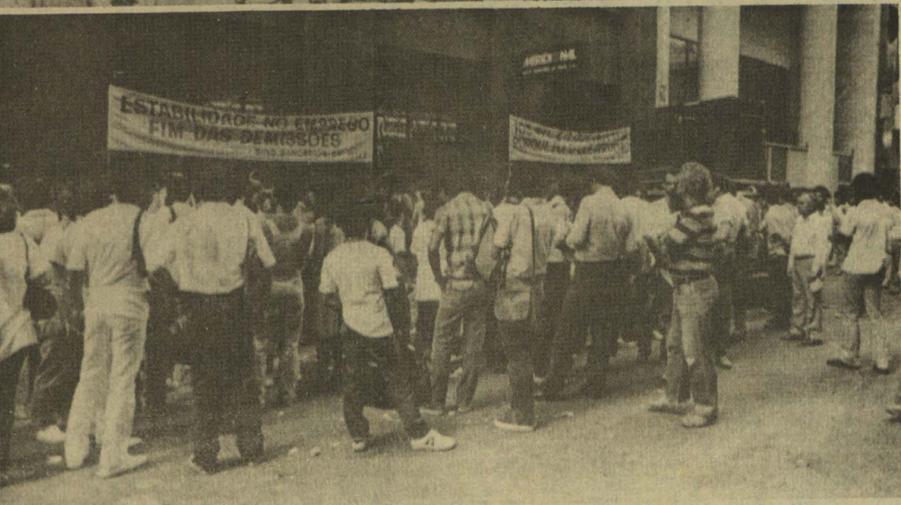


Foto: Esdras Martins

não vem funcionando a contento. Em todo o país as pequenas paralisações se repetem, numa verdadeira guerra de guerrilhas. O banco demite ou ameaça demitir e os bancários param e tentam negociar. Isto tem ocorrido principalmente em São Paulo. Na semana passada, várias agências foram paralisadas, como as do Real, Noroeste, Econômico e Meridional. Neste último, a greve atingiu 20 das 54 filiais do banco no Estado, alcançando mais de mil funcionários.

Paralisações isoladas têm impedido o aumento das dispensas nos bancos

Estas pequenas paralisações, além de servir para acumular forças, evitam na prática a continuidade das demissões. O Real, por exemplo, reuniu seus gerentes no Hotel Danúbio, no dia 6, para anunciar que as dispensas estavam suspensas momentaneamente. O banco argumentou que as greves esta-

Golpe no congelamento

Os preços estão congelados. Mas não tanto, principalmente quando estão em jogo interesses tão poderosos como o dos banqueiros. Esta foi a filosofia que o governo seguiu ao tratar das tarifas de alguns serviços bancários que até a reforma monetária vinham sendo prestados gratuitamente aos clientes e que, a partir de agora, passam a ter preços. Um talão de cheques, por exemplo, vale Cz\$ 9,00; se houver erro na hora de preenchê-lo, acarretando devolução, o cliente paga Cz\$ 25,00. O cartão magné-

tico custa Cz\$ 95,00; a taxa cadastral de pessoa física, Cz\$ 40,00. E assim por diante. Nada mais é gratuito. Essas alterações foram autorizadas pelo Conselho Monetário Nacional, órgão do governo. Não é demais salientar que, além de um golpe rasteiro no congelamento dos preços, este fato evidencia a enorme presença e o poder que a oligarquia financeira desfruta no seio do regime e do governo da Nova República - de que se utiliza, claro, unicamente em seu benefício e contra os interesses da população.

vam dificultando suas atividades, reduzindo seus lucros.

Para avaliar o atual estágio da resistência às demissões, os dirigentes sindicais bancários pretendem realizar no dia 12, em Brasília, um Encontro Sindical Nacional. Nele serão discutidas as formas de continuidade da luta. Segundo Ederaldo de Oliveira, diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo, "ainda não existe clima para decretar uma greve geral da categoria a nível nacional. Os grandes bancos não efetivaram suas demissões, apesar das inúmeras ameaças,

e os bancos estatais não foram atingidos por este problema".

Para ele, "o que se coloca agora é continuar paralisando os bancos quando ocorrem demissões e, desta forma, ir acumulando forças com a perspectiva de realizar a greve geral. Os banqueiros demonstraram na conversa com o governo que não pretendem parar com as demissões. Eles se recusaram inclusive a participar de uma negociação tripartite (banqueiros, governo e trabalhadores). Então temos que nos organizar para um grande confronto".

Luta do magistério faz Brizola recuar

A força da luta dos professores cariocas obrigou o governador Leonel Brizola, do Rio de Janeiro, a negociar com a categoria. Na quinta-feira, dia 10, a contra-proposta do governador às reivindicações dos grevistas foi analisada na assembleia dos professores no Maracanãzinho. A greve teve início dia 31 de março.

Os professores reivindicam um plano de carreira que inclua piso de cinco salários mínimos (Cz\$ 4.020,00), enquadramento por tipo de formação, concessão de benefício do triênio, promoção de nível por tempo de serviço a cada três anos, paridade para aposentados e inativos e efetivação dos professores contratados em concurso. Não são reivindicações novas. Já em outubro passado os mestres entregavam seu plano de carreira ao governador dito "socialista" do PDT.

Sem resposta aos seus pleitos, o magistério carioca recorreu à greve. A reação de Brizola foi inspirada no que o regime militar proporcionava aos trabalhadores em luta: disse que não negociaria "à

base de pressões" e, contraditoriamente, pressionou os grevistas a aceitarem seus desmandos: "Quem trabalha, ganha; quem não trabalha, tem que ter ponto cortado", ameaçou. Classificou a luta do magistério de "insana", acusou os grevistas de promoverem um "conflito irracional" e ainda tentou indispor a população com os professores na base da demagogia: "Por que sacrificar as crianças?". Para general nenhum botar defeito!

Mas os discursos repulsivos do governador Brizola foram

no vazio. A categoria não se intimidou, como pretendia o chefe do PDT. A adesão à greve, logo no primeiro dia, foi total na capital, Niterói, São Gonçalo, Barra do Pirai, Valença, Rio das Flores, Barra Mansa, Volta Redonda, Cachoeiro do Macacu, Angra dos Reis, etc.

Uma das líderes do movimento retrucou ao palavrório de Brizola: "Não são os dias de greve que retiram a qualidade do ensino. É prejuízo maior para os alunos ter professores cansados o ano inteiro, sem tempo para se dedicar ao aprimoramento do aprendizado e sem dinheiro para pagar as contas".

Passadas, atos públicos, comissões de grevistas diante das escolas foram organizados pelos mestres para esclarecer a população sobre os motivos do movimento e desfazer a confusão criada pelas contra-indicações de Brizola e seus colegas de governo.

gar estudantes e pais de alunos contra os grevistas, e diante do alcance da paralisação - 140 mil grevistas, 4 mil escolas paradas, 1,7 milhão de alunos sem aulas - Brizola teve que negociar. Para não ficar completamente vexado, acionou o prefeito do Rio, Saturnino Braga, para representá-lo nos encontros com os líderes do magistério.

O prefeito Saturnino apresentou, dia 8, a contra-proposta de Brizola. O governo do PDT não aceita o piso salarial de cinco mínimos. Ofereceu piso de três salários-mínimos e, mesmo assim, parcelado. E comprometeu-se com a paridade dos inativos, a efetivação dos celetistas, a melhoria na gratificação dos cargos de direção, a incorporação da gratificação por regência de turno, a progressão do tempo de serviço e com um sistema de promoção por mérito, através do qual serão avaliados a formação, a assiduidade e a dedicação profissional.